

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (TJAC)**

# **Relatório Anual de Desempenho do Planejamento Estratégico**

## **Ano-Base 2025**

Documento elaborado para subsidiar a avaliação de desempenho institucional e a transparência pública, em cumprimento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Plano Estratégico Institucional (2021-2026).

## **Janeiro/2026**

## COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE

Desembargador **Laudivon Nogueira**

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora **Regina Ferrari**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador **Nonato Maia**

JUIZES (AS) AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

**Giordane Dourado**

**Louise Santana**

**Zenice Mota**

JUIZ AUXILIAR DA VICE-PRESIDÊNCIA

**Bruno Perrotta de Menezes**

JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

**Anastácio Lima**

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

Diretor – Desembargador **Luís Camolez**

## **SECRETARIAS**

Secretaria-Geral – SEGER

José Carlos Martins Júnior

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOV

Hélio Oliveira de Carvalho

Secretaria de Logística e Gestão Administrativa – SELGA

Larissa Salomão Montilha

Secretaria Judiciária – SEJUD

Denizi Regis Gorzoni

Secretaria de Gestão Orçamentária e Finanças – SEGOF

Jacikley da Costa Ribeiro

Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEP

Nassara Nasserela Pires

Secretaria de Comunicação Social – SECOM

Andréa Laiana Coêlho Zilio

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC

Elson Correia de Oliveira Neto

Secretaria de Infraestrutura e Atendimento ao Usuário – SEINF

Ana Paula Viana de Lima Carrilho

## **ELABORAÇÃO**

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOV

## FIGURAS

Figura 1 – Resultados da mensuração dos objetivos estratégicos do TJAC .....	8
Figura 2 – Status dos indicadores estratégicos do TJAC .....	9
Figura 3 – Índice de Conciliação (IC) .....	15
Figura 4 – Pesquisa de Avaliação do PJAC .....	16
Figura 5 – Painel de BI – Pesquisa de Avaliação do PJAC .....	17
Figura 6 – Instrumento de Pesquisa de Avaliação do PJAC .....	17
Figura 7 – Índice de Transparência.....	19
Figura 8 – IAD Geral .....	21
Figura 9 – IAD (2º Grau) .....	22
Figura 10 – IAD (1º Grau) .....	23
Figura 11 – TCL Global.....	24
Figura 12 – Tempo Médio Pendente (dias) .....	25
Figura 13 – Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade .....	27
Figura 14 – IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça).....	28
Figura 15 – Taxa de Encarceramento.....	29
Figura 16 – Índice de Desempenho Sustentável (IDS).....	32
Figura 17 – Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV) .....	34
Figura 18 – Absenteísmo Saúde.....	36
Figura 19 – Capacitação de Magistrados.....	37
Figura 20 – Capacitação de Servidores .....	39
Figura 21 - Índice de Condições de Trabalho (Satisfação Interna).....	40
Figura 22 - Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) .....	41
Figura 23 - Histórico do Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual .....	43
Figura 24 - Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ .....	44
Figura 25 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD).....	45
Figura 26 - Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP). .....	47
Figura 27 - Índice de Execução do Plano de Obras .....	48
Figura 28 - Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados .....	49

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b> .....	7
2.1. Método de apuração dos resultados.....	7
<b>3. RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b> .....	8
<b>4. RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO</b> .....	9
4.1. Panorama geral dos indicadores estratégicos .....	9
4.2. Quadro geral de indicadores - apuração 2025 .....	9
4.3. Análise de Indicadores .....	12
4.3.1. Perspectiva Sociedade .....	13
4.3.2. Perspectiva dos Processos Internos .....	19
4.3.3. Perspectiva do Aprendizado e Crescimento .....	32
4.3.4. Perspectiva da Sustentabilidade Financeira .....	44
<b>5 - PROJETOS ESTRATÉGICOS</b> .....	50
<b>6 - CONCLUSÃO</b> .....	54

## 1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) apresenta o Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico referente ao exercício de 2025. Este documento consolida os resultados alcançados na execução do Plano Estratégico 2021-2026 (revisado), com foco na avaliação sistemática dos indicadores jurisdicionais e administrativos, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação de avanços significativos, especialmente na melhoria da eficiência operacional, na redução do acervo processual e no fortalecimento da governança institucional e tecnológica. O TJAC reitera seu compromisso com a transparência, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade acreana, utilizando este relatório como ferramenta essencial para o aprimoramento contínuo da gestão e a tomada de decisões baseada em dados concretos.

A análise aqui detalhada reflete o esforço conjunto de magistrados e servidores, orientados pela busca constante da excelência e pela efetivação de um Judiciário mais célere, acessível e alinhado às necessidades do cidadão.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O monitoramento sistemático dos indicadores estratégicos constitui um dos pilares da governança judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), permitindo avaliar o desempenho institucional, identificar tendências e orientar a tomada de decisões baseada em evidências. Neste Relatório de Gestão 2025, consolidam-se, a análise dos indicadores estratégicos, com resultado do ano de 2025, bem como da série histórica.

A abordagem contempla a avaliação dos Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional da área administrativa e jurisdicional, contemplados nos macrodesafios. São analisados, entre outros, o Índice de Conciliação, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), a Taxa de Congestionamento, o IPC-Jus, bem como os critérios relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade, dentre outros. Esses indicadores, acompanhados de forma sistemática, possibilitam mensurar a efetividade, eficiência e produtividade do TJAC no cumprimento das metas estabelecidas nacionalmente, além de evidenciarem avanços e desafios no desempenho jurisdicional ao longo de 2025.

Esse conjunto de dados permite observar o comportamento dos principais fluxos administrativos e judiciais, insculpidos no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), e estão alinhados aos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e detalhados em documentos oficiais como o Plano Estratégico 2021-2026 (revisado).

### **2.1. Método de apuração dos resultados**

O acompanhamento dos resultados da Estratégia ocorre por meio de medições periódicas e é complementado pelas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), que são realizadas a cada quatro meses. Os resultados são indicados por faróis conforme abaixo:

Faróis dos indicadores (método de apuração):

### 3. RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS DO TJAC (2021-2026)

A presente seção tem por finalidade apresentar os resultados da mensuração de desempenho dos macrodesafios, distribuídos nas perspectivas de Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Sustentabilidade Financeira, permitindo uma visão integrada da execução da estratégia institucional.

Figura 1 – Resultados da mensuração dos objetivos estratégicos do TJAC



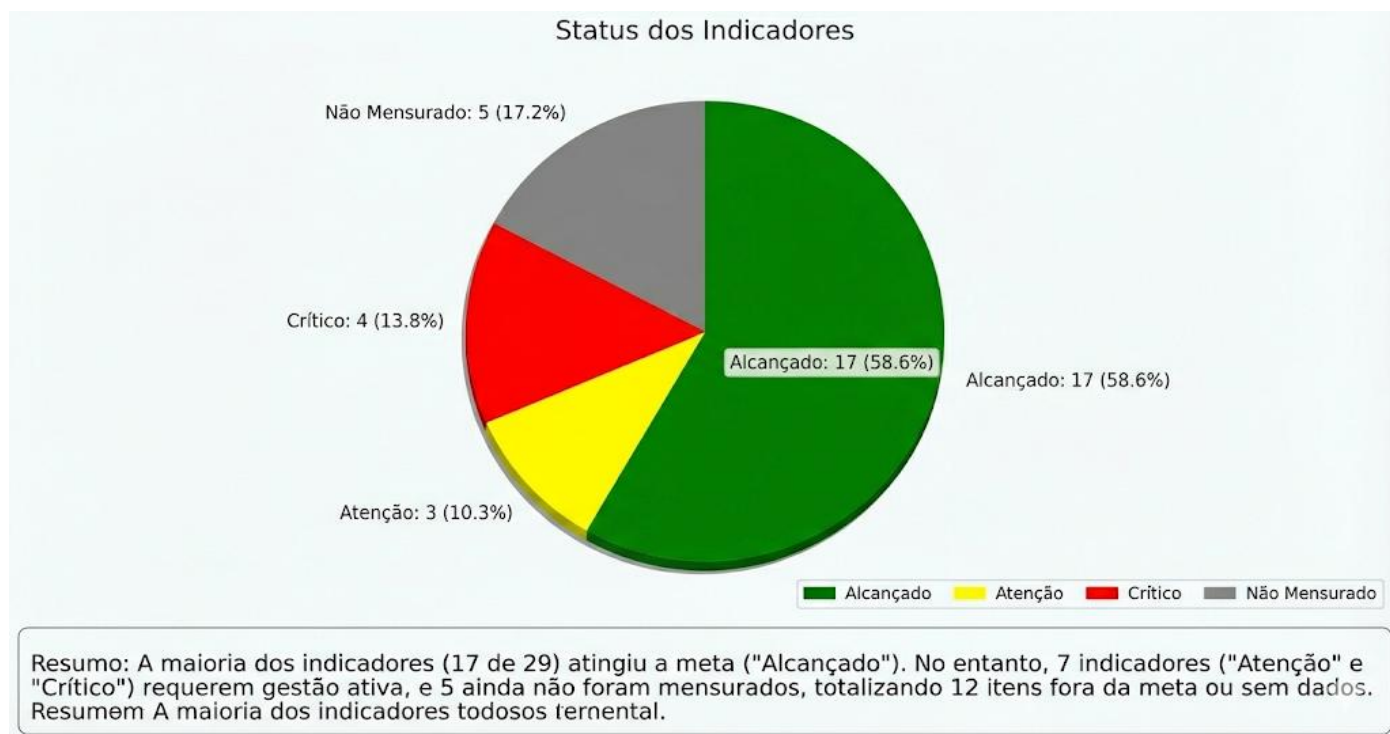
**Legenda**

- Meta alcançada
- Meta parcialmente alcançada
- Meta não alcançada
- Meta não mensurada

## 4. RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

### 4.1. Panorama geral dos indicadores estratégicos

Figura 2 – Status dos indicadores estratégicos do TJAC



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

### 4.2. Quadro geral de indicadores - apuração 2025

COD	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	POLARIDADE	META	RESULTADO 2025
1	ÍNDICE DE CONFORMIDADE EM ACESSIBILIDADE DIGITAL	(Número de requisitos de acessibilidade atendidos / Número total de requisitos aplicáveis) x 100	>	85%	nd*
2	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM ACESSIBILIDADE DIGITAL	(Número de servidores de áreas-chave capacitados / Total de servidores em áreas-chave) x 100	>	100%	nd*
3	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA	Nota média (de 0 a 10) obtida em pesquisas de satisfação e testes de usabilidade realizados	>	8,5	nd*

		periodicamente com pessoas com diferentes tipos de deficiência.			
4	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO (IC)	(Total de sentenças homologatórias de acordo / total de sentenças) * 100	<	17,25%	15,03%
5	PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (PAPJ)	(Soma dos percentuais de respostas bom e ótimo/quantidade total de parâmetros avaliados)	>	50%	70,90%
6	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	(Índice do Ranking de Transparência do CNJ) (*)	>	95%	93,43%
7	ÍNDICE DE PROCESSOS DE TRABALHO REVISADOS	Quantidade de processos de trabalho mapeados e modelados	>	100	41
8	ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA GERAL - IAD	(Processos/procedimentos baixados/casos novos)	>	100,01%	105,06%
9	ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO 2º GRAU	(Total de baixados 2º grau / casos novos 2º grau) * 100)	>	1,0001	102,62%
10	ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA 1º GRAU (IAD)	(Total de processos baixados no período / casos novos no período * 100)	>	100,01%	104,06%
11	TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA GLOBAL (TCL)	(Total de casos pendentes – casos pendentes de execução fiscal no 1º grau – total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório) /	<	50%	49,42%
12	TEMPO MÉDIO DE PENDENTE LÍQUIDO	$\frac{TpCPLm = TpCP2st + TpCPC1st + TpCPCJEst + TpCPTRst - TpRG2st - TpRG1st - TpRGJEst - TpRGTRst - TpRR2st - TpRR1st - TpRRJEst - TpRRTRst}{TpCP2p + TpCPC1p + TpCPCJE, + TpCPTRp}$	<	500	399,5
13	TEMPO MÉDIO ENTRE AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE (IRDR)	(Data de publicação do acórdão no incidente de resolução de demandas repetitivas - data da afetação/admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas) / (total de incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR) com acórdãos publicados no ano)	<	438	nd**

14	ÍNDICE DE DESEMPENHO NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS	((Soma da pontuação alcançada nos eixos “governança” e “dados e tecnologia”) / (soma da pontuação máxima nos eixos “governança e “dados e tecnologia”)) * 100	>	85,9	82,54%
15	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DO PODER JUDICIÁRIO (IPC-Jus)	Apuração realizada pelo CNJ	>	70%	86%
16	TAXA DE ENCARCERAMENTO	[(presos provisórios + presos condenados) / (habitantes)] * 100.000	=	100%	100%
17	ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE (IDS)	Manter-se entre os 03 primeiros Tribunais de Justiça Estadual no IDS. (*)	<	3	2
18	PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (PRQV)	PRQV = P QV / (FTT x A QV) x 100, onde: PQV – Qt. de Participações em ações de qualidade de vida. AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida. FTT - Força de trabalho total Conforme Glossário do Anexo I da Resolução CNJ Nº 400/2021"	>	12,20%	12,73%
19	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-SAÚDE	Dias de ausência por motivo de saúde (própria ou de familiar) de magistrados e servidores / (quantidade de dias no ano * total de magistrados e servidores no final do período) * 100	<	3%	1,07%
20	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS	(Total de magistrados capacitados / total de magistrados) * 100	>	50%	75%
21	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	(Total de servidores capacitados / total de servidores) * 100	>	50%	78,80%
22	ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE TRABALHO (SATISFAÇÃO INTERNA)	Com base nos resultados da pesquisa e nas respostas dos participantes. Soma dos percentuais de respostas bom e ótimo, dividido pela quantidade total de parâmetros avaliados	>	50%	nd***

23	GOVERNANÇA DE TIC PARA O PODER JUDICIÁRIO (IGOV TIC-JUD)	Apuração realizada pelo CNJ. Conforme Resolução CNJ N° 370/2021	>	90%	93,64%
24	ÍNDICE DE SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS DE FORMA VIRTUAL PELO TJAC (ISV)	(Número de serviços virtualizados / número total de serviços do TJAC) * 100	>	100%	100%
25	PERCENTUAL DE SISTEMAS UTILIZADOS PELO TJAC QUE ATENDEM AO CNJ	Total de sistemas que atendem aos requisitos/total de sistemas*100	=	100%	100%
26	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (IEDD)	(Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias / dotação atualizada para despesas	>	76%	54,00%
27	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS (IEP)	(Montante empenhado de dotações para projetos / dotação atualizada para despesas com projetos) * 100	>	50%	35,47%
28	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE OBRAS	(total de ações do Plano de Obras executadas / total de ações do Plano de Obras) * 100	>	100%	59%
29	PERCENTUAL DE COMARCAS ATENDIDAS POR POSTOS AVANÇADOS E ESCRITÓRIOS UNIFICADOS	Total de postos instalados/total de comarcas não instaladas * 100	=	100%	100%

(\*) Indicadores incluídos na revisão do P.E no final do ano de 2025, razão pela qual não foram mensurados.

(\*\*) IRDR - Indicador ainda sem condições técnicas de mensuração. Encontra-se em desenvolvimento solução (BI) para disponibilização dos resultados.

(\*\*\*) Não houve medição do indicador em razão da mudança na estrutura organizacional, redefinição de fluxos e processos de trabalho.

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

### 4.3. Análise de Indicadores

Os indicadores do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), jurisdicional e administrativo, estão alinhados aos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e detalhados em documentos oficiais como o Plano Estratégico 2021-2026.

Nesse sentido, visando melhor análise dos resultados alcançados ao longo do ciclo do Planejamento Estratégico 2021-2026, apresenta-se abaixo análise dos indicadores a partir da série histórica.

### 4.3.1. Perspectiva Sociedade

#### Macrodesafios:

- **Garantir direitos aos jurisdicionados;**
- **Assegurar o acesso à justiça por meio da inclusão e acessibilidade digital.**

#### Objetivos:

- **Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável;**
- **Melhorar a transparência e prestação de contas.**

#### Indicadores:

- ✓ **01 - Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital;**
- ✓ **02 - Percentual de Servidores Capacitados em Acessibilidade Digital;**
- ✓ **03 - Índice de Satisfação de Usuários com Deficiência.**

Os indicadores relacionados à acessibilidade digital - Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital, Percentual de Servidores Capacitados em Acessibilidade Digital e Índice de Satisfação de Usuários com Deficiência - foram inseridos no ciclo de monitoramento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) a partir da revisão do Plano Estratégico, versão 2025, em atendimento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre inclusão, acessibilidade e adequação tecnológica de serviços judiciais.

A introdução desses indicadores decorre, principalmente, das exigências previstas na Resolução CNJ nº 401/2021, que institui diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Essa resolução estabelece a necessidade de eliminar barreiras de comunicação, informação e tecnologia, garantindo que os sistemas eletrônicos, portais institucionais e conteúdos digitais estejam acessíveis a todas as pessoas, inclusive usuários com deficiência.

Adicionalmente, a Resolução CNJ nº 343/2020 reforça a política de inclusão ao regulamentar condições especiais de trabalho e adaptações necessárias para magistrados e servidores com deficiência, doenças graves ou necessidades específicas. Essas duas normativas formam a base do marco regulatório nacional que orienta os tribunais a implementarem

acessibilidade plena em seus ambientes físicos e digitais, com ações estruturadas de capacitação, adequação tecnológica, governança inclusiva e melhoria contínua da experiência do usuário.

Considerando que tais indicadores foram introduzidos apenas após a revisão estratégica e que não integravam o conjunto de monitoramento institucional nos ciclos anteriores, os anos de 2021 a 2024 não apresentam dados consolidados, constando como "não disponíveis" (nd). Assim, o acompanhamento efetivo desses indicadores iniciará a partir de 2025, com metodologia alinhada aos parâmetros definidos pelo CNJ e aos novos instrumentos de governança digital do Tribunal.

O TJAC encontra-se atualmente em processo de estruturação de suas ações internas de acessibilidade digital, com foco na adequação dos portais e sistemas eletrônicos, ampliação das capacitações técnicas das equipes de TI e Comunicação e adoção de mecanismos de avaliação da experiência de usuários com deficiência. Essas medidas serão monitoradas ao longo dos próximos ciclos, conforme as exigências da Resolução CNJ nº 401/2021 e demais normativos correlatos.

A inclusão desses indicadores demonstra o compromisso institucional do Tribunal de Justiça do Acre com a promoção da acessibilidade, a eliminação de barreiras tecnológicas e a ampliação da inclusão digital, garantindo que serviços judiciais essenciais sejam acessíveis a todos os cidadãos, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e com as políticas nacionais do Judiciário.

### **Macrodesafios:**

- **Fomentar a Mediação de Conflitos e Reduzir Litígios;**
- **Fortalecer as Relações Institucionais.**

### **Objetivos:**

- **Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços;**
- **Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços.**

### **Indicador:**

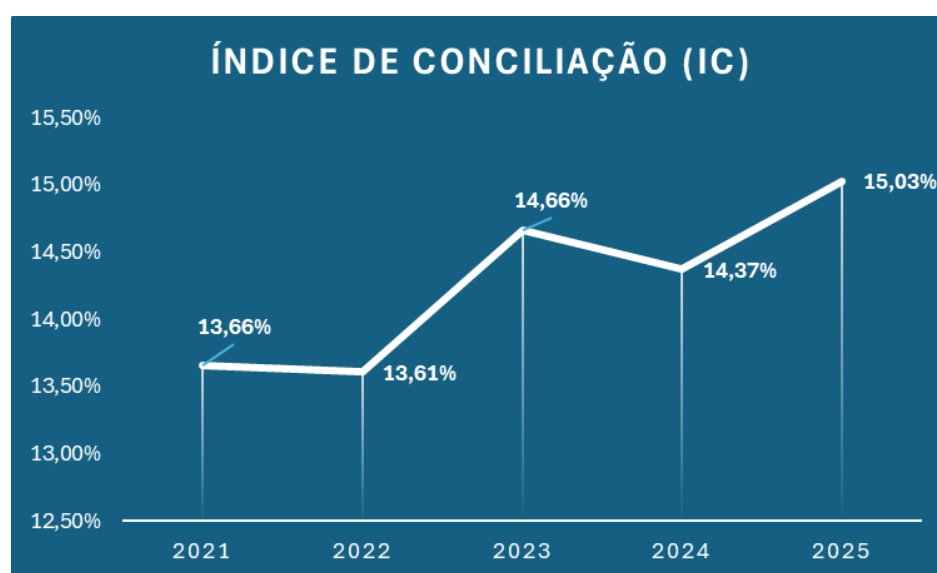
- ✓ **04 - Índice de Conciliação (IC).**

Observa-se que o IC se manteve baixo, porém relativamente estável, variando entre ~13% e 15% no período analisado, fechando 2025 com um índice de 15,03%.

Apesar da ligeira melhora recente, o índice atual permanece abaixo da meta estabelecida, 17,25%, determinada no P.E. na razão de ampliar em 1% ao ano, o número de conciliações, tendo como referência o início da série com 12,14%.

É crucial observar que este indicador apresenta uma meta com escopo de aferição mais abrangente do que o índice apurado pelo CNJ na avaliação do prêmio de qualidade do Poder Judiciário.

Figura 3 – Índice de Conciliação (IC)



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

### Indicador:

#### ✓ 05 - Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ).

O indicador Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ) mede a percepção da sociedade sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, considerando a proporção de respostas classificadas como *bom* ou *ótimo* em relação ao total de parâmetros avaliados. A meta estabelecida para 2025 foi alcançar, no mínimo, 50% de avaliações positivas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico do TJAC, que prioriza o fortalecimento da experiência do usuário, a melhoria contínua dos serviços e o aumento da confiança social no Poder Judiciário.

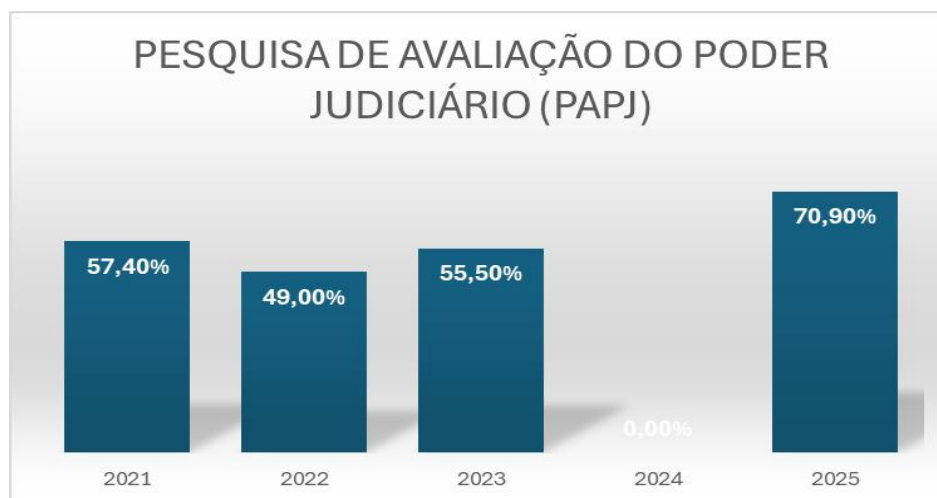
No ano de 2025, o indicador apresentou o melhor desempenho da série histórica recente, atingindo 70,9%, superando significativamente a meta e demonstrando avanço consistente na percepção pública sobre os serviços judiciais. Esse resultado reflete diretamente o conjunto de ações desenvolvidas pela SEGOV ao longo do ano, especialmente no que se refere ao refinamento dos instrumentos de coleta da percepção do usuário e à ampliação do alcance da pesquisa.

Para o ciclo 2025, foi desenvolvido e implementado um novo formulário institucional de avaliação, mais claro, acessível e alinhado às diretrizes de pesquisa de satisfação do Conselho Nacional de Justiça. O questionário atualizado foi disponibilizado em diversos pontos de contato com a população como fóruns, unidades de atendimento e canais digitais, garantindo maior capilaridade e ampliando a participação dos usuários.

Além disso, a SEGOV realizou acompanhamento contínuo dos resultados parciais ao longo do ano, monitorando a evolução das respostas, orientando as unidades quanto às boas práticas de divulgação da pesquisa e promovendo alinhamento intersetorial para reforçar a importância da escuta ativa do jurisdicionado. Esse monitoramento sistemático permitiu identificar rapidamente padrões de satisfação, apoiar ajustes operacionais e fortalecer a cultura de gestão orientada por evidências.

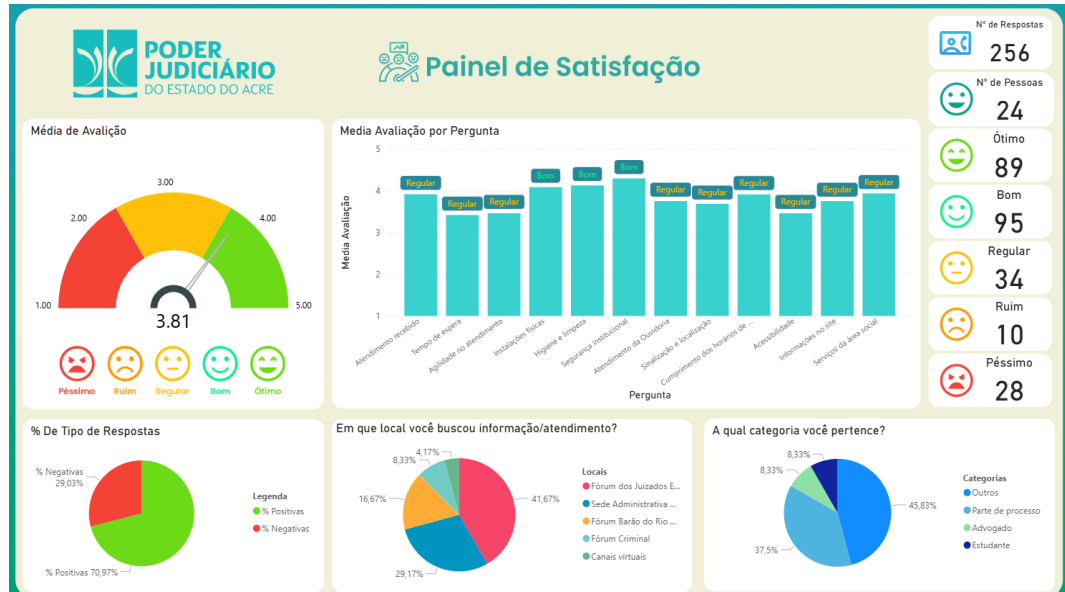
O desempenho registrado em 2025 evidencia a efetividade dessas ações e demonstra que o Tribunal avança na direção de um serviço mais transparente, acessível e focado nas necessidades do cidadão, consolidando a maturidade institucional e o compromisso com a excelência na prestação jurisdicional.

Figura 4 – Pesquisa de Avaliação do PJAC



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Figura 5 – Painel de BI – Pesquisa de Avaliação do PJAC



Fonte: SEGOV-/TJAC, 2025 ([Link do painel PAPJ 2025](#)).

Figura 6 – Instrumento de Pesquisa de Avaliação do PJAC



**PODER JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE

**SEGOV**  
SECRETARIA DE GOVERNANÇA  
E GESTÃO ESTRATÉGICA

**PESQUISA DE SATISFAÇÃO**  
**USUÁRIO - 2025**

**QUEREMOS OUVIR VOCÊ!!**

Legend: Pésimo, Ruim, Regular, Bom, Ótimo

Fonte: SEGEP/TJAC, 2025.

## Indicador:

### ✓ **06 - Índice de Transparência**

O Índice de Transparência, apurado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mensura o grau de atendimento dos tribunais aos critérios de transparência ativa, integridade das informações e acessibilidade dos dados públicos. Esse indicador se alinha diretamente ao Planejamento Estratégico do TJAC (2021–2026), especialmente aos eixos que reforçam a governança, a integridade institucional e o acesso à informação pelo cidadão.

A meta para 2025 estabeleceu o objetivo de alcançar, no mínimo, 95% de conformidade no *ranking* nacional. A análise da série histórica demonstra um desempenho consistente ao longo dos anos, com resultados que revelam comprometimento institucional com as boas práticas de transparência pública.

Em 2021, o Tribunal obteve 97,1%, superando a meta. Em 2022, o índice foi de 96,15%, e em 2023, 97,07%, mantendo-se em patamares elevados. O melhor resultado da série ocorreu em 2024, quando o Tribunal alcançou 100,58%, evidenciando elevada maturidade nas práticas de governança e atendimento pleno às exigências do CNJ.

No ano de 2025, o índice ficou em 93,43%, permanecendo dentro de um patamar elevado, embora abaixo da meta estabelecida. Esse comportamento reflete ajustes metodológicos realizados pelo CNJ, bem como a necessidade contínua de aprimoramento dos fluxos internos de atualização, consolidação e padronização das informações exigidas pelo ranking nacional.

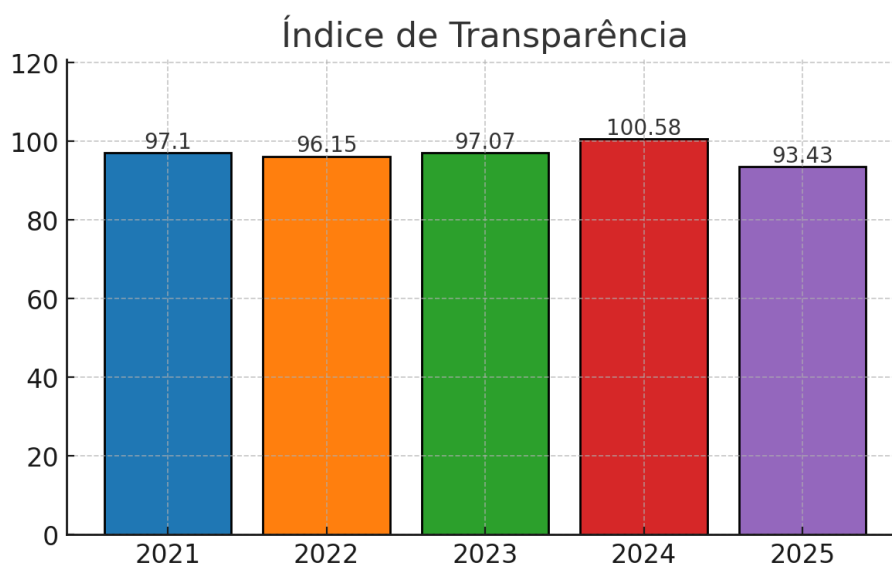
Para fortalecer esse indicador e atender às determinações vigentes, incluindo as Resoluções do CNJ sobre Transparência e Governança, como a Resolução CNJ nº 260, nº 270, nº 331/2025 e demais normativos correlatos à SEGOV, encontra-se em andamento com a nova reestruturação do Portal de Transparência do TJAC. Esse trabalho envolve:

- Reorganização das categorias e conteúdos exigidos pelo CNJ;
- Modernização visual e funcional do portal, facilitando a navegação do cidadão;
- Revisão das bases de dados de transparência passiva e ativa;
- Padronização de formulários, documentos e informações estratégicas; integração com fluxos de governança e prestação de contas;
- Adoção de melhores práticas alinhadas aos critérios de avaliação do ranking.

- Essa reestruturação tem como objetivo elevar a qualidade, a clareza e a disponibilidade das informações, contribuindo diretamente para melhoria do desempenho do Tribunal nas próximas medições e reforçando o compromisso institucional com a transparência e o controle social.

O conjunto desses esforços demonstra a atuação estratégica do TJAC, que segue comprometido com a evolução contínua dos mecanismos de governança e com o fortalecimento da relação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

Figura 7 – Índice de Transparência



Fonte: CNJ, 2025 ([Painéis Analíticos do CNJ](#)).

### 4.3.2. Perspectiva dos Processos Internos

#### Macrodesafio:

- Estabelecer Rotinas de Boas Práticas e Melhoria Contínua em Processos e Procedimentos Internos.

#### Objetivo:

- Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas.

#### Indicador:

- ✓ 07 - Índice de processos de trabalho revisados.

O objetivo deste indicador é medir o avanço no mapeamento e modelagem de processos de trabalho administrativos e jurisdicionais, objetivando estabelecer um processo de melhoria contínua.

O desafio é mapear e modelar os processos da área administrativas de modo a melhorar a eficiência operacional e dar suporte adequado a atividade jurisdicional. O referido indicador é do tipo resultado, dessa forma a métrica é a contagem dos processos mapeados e modelados durante o ano. Isso faz sentido por conta da reforma administrativa implementada em junho de 2025, que cria uma Unidade administrativa para essa atividade.

Nesse sentido, considerando que os trabalhos de mapeamento e modelagem de processos iniciou após a reforma, tem-se como resultado até o final de 2025, 41 processos modelados, com perspectiva de concluir 100% dos processos até o final de 2026.

#### **Macrodesafio:**

- **Garantir Celeridade e Efetividade nos Julgamentos Processuais.**

#### **Objetivo:**

- **Ampliar o Número de Processos Julgados, Reduzindo Passivo Processual da Instituição.**

#### **Indicador:**

- ✓ **08 - Índice de Atendimento à Demanda Geral - IAD Geral.**

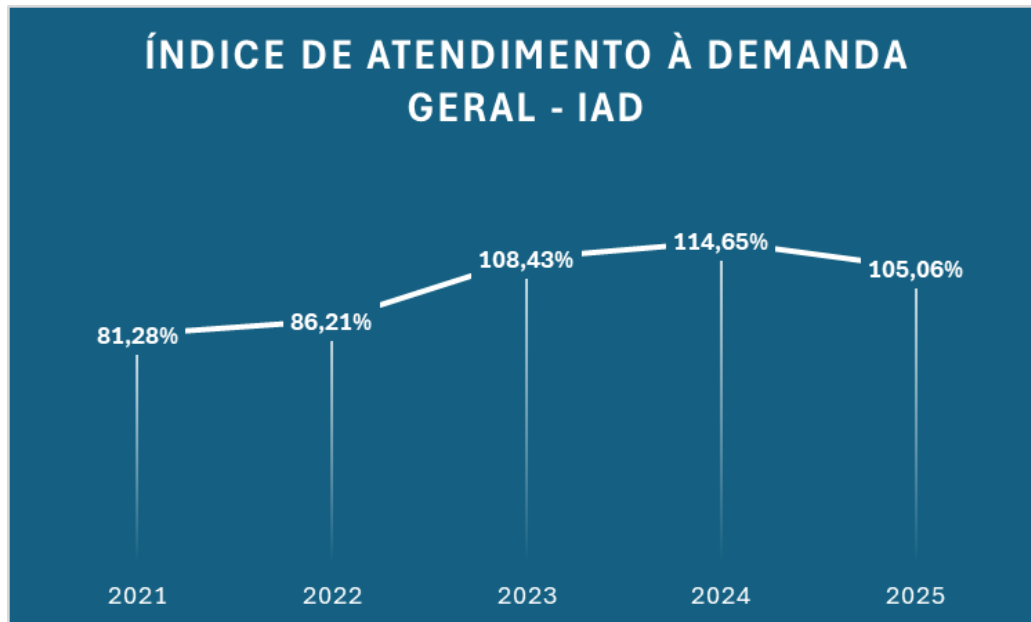
O IAD Geral consolida o desempenho de todo o tribunal, considerando todos os casos baixados em relação aos casos novos em todas as instâncias e jurisdições (1ª instância, 2ª instância, Juizados, Turmas).

É, portanto, um indicador amplo que mede a capacidade do tribunal como um todo em atender à demanda ingressante.

Os resultados evidenciam uma trajetória bastante positiva e crescente no TJAC. Em 2021, o IAD Geral foi 81,28%, subindo para 86,21% em 2022 – ambos abaixo de 100%, o que significa crescimento do acervo total nesses anos.

Em suma, o IAD Geral mensal de 2025 confirma que o balanço entre casos novos e casos baixados foi positivo em todos os momentos, ilustrando um tribunal em ritmo de redução de estoque.

Figura 8 – IAD Geral



Fonte: TJAC, 2025.

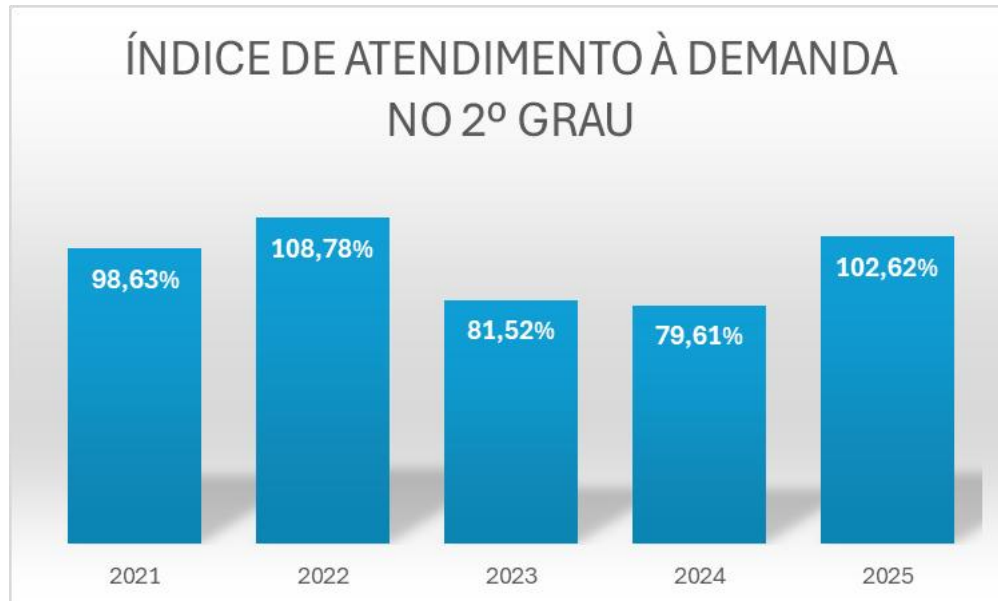
Esse desempenho uniforme é um indicador de boa saúde operacional e fruto de políticas eficientes de gestão do volume processual.

#### **Indicador:**

##### ✓ **09 - Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau (IAD 2º Grau).**

O IAD do segundo grau avalia se o Tribunal (2ª Instância) está julgando quantidade de processos equivalente ou superior aos recursos e ações que chegam no período. Diferentemente do 1º grau, o desempenho do 2º Grau do TJAC tem sido oscilante e, em anos recentes, abaixo do ideal.

Figura 9 – IAD (2º Grau)



Fonte: Fonte: TJAC, 2025.

Em 2021 e 2022, o IAD2 esteve acima de 98%, chegando a 108,97% em 2022, indicando naquele momento que o 2º Grau conseguia absorver a demanda.

Entretanto, houve uma queda acentuada em 2023, quando o índice caiu para 81,49%, sinalizando que entraram bem mais processos novos do que recursos julgados naquele ano (acúmulo de casos no segundo grau). Em 2024, o IAD2 permaneceu baixo em 79,32%, e apenas em 2025 houve **recuperação para 88,88%** – ainda abaixo de 100%.

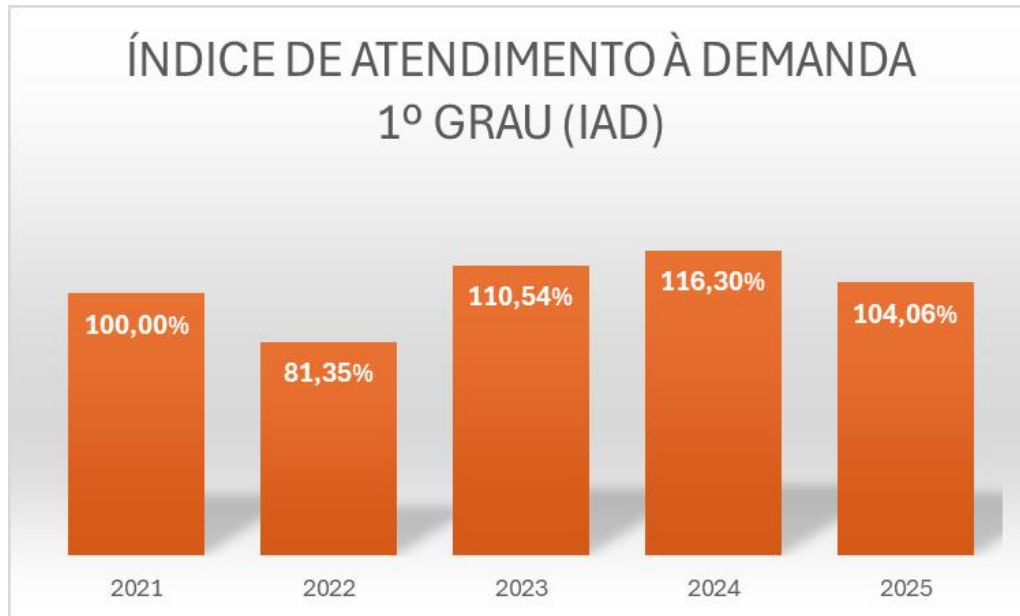
#### Indicador:

✓ **10 - Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau (IAD 1º Grau).**

O IAD do primeiro grau avalia a capacidade da Justiça de 1ª Instância em dar vazão aos casos novos, medindo se o número de processos baixados (encerrados) acompanha ou supera o número de casos ingressados.

Quando o IAD  $\geq$  100%, significa que o Tribunal está conseguindo julgar ao menos a quantidade de processos que entram, evitando o crescimento do acervo; valores superiores a 100% indicam redução do estoque de pendências. Conforme o gráfico abaixo, o TJAC apresentou forte melhoria nesse indicador ao longo dos anos, mantendo estabilidade acima dos 100%.

Figura 10 – IAD (1º Grau)



Fonte: TJAC, 2025.

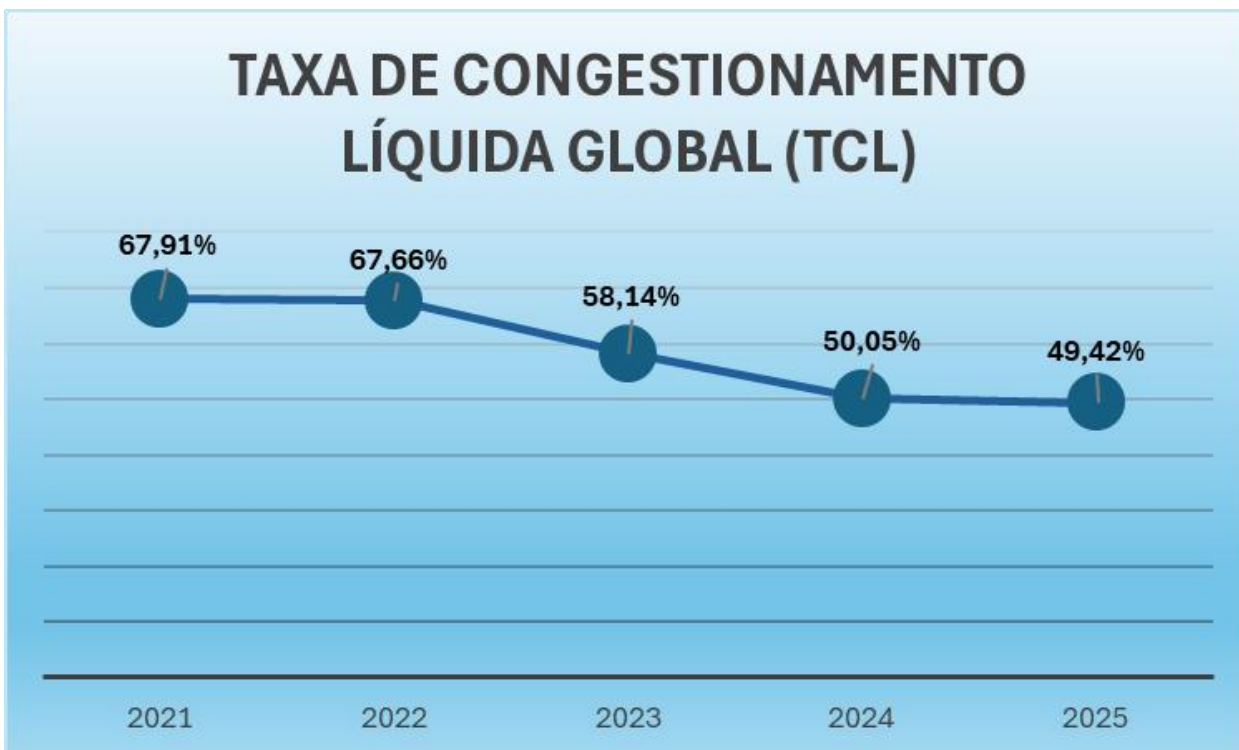
Para a alta administração, o desafio passa a ser sustentar esse alto desempenho e aprofundar a redução do acervo, garantindo que recursos (magistrados, servidores) e práticas eficientes continuem alinhados com esse objetivo.

#### **Indicador:**

##### **✓ 11 - Taxa de Congestionamento Líquida Global (TCL).**

A Taxa de Congestionamento Líquida global reflete a proporção de processos que permanecem sem solução ao final de um período de 12 meses, excluídos do cálculo os casos suspensos/sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais e judiciais (que distorcem o congestionamento).

Figura 11 – TCL Global



Fonte: TJAC, 2025.

Quanto menor a TCL, melhor – significa que o tribunal conseguiu dar saída à maior parte dos processos.

Os dados do TJAC mostram uma queda expressiva e contínua da taxa de congestionamento global nos últimos anos.

A partir de 2023 observa-se uma melhora significativa: TCL de 50,05%; em 2024 caiu para 49,426% em 2025.

Essa trajetória de redução indica que o TJAC tem conseguido diminuir o percentual de processos sem solução a cada ano, o que é um resultado bastante positivo.

**Indicador:**

- ✓ **12 - Tempo Médio de Pendentes Líquidos.**

Este indicador calcula o tempo médio de tramitação dos processos que permaneciam pendentes ao final do ano, descontando os períodos em que ficaram suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

Em outras palavras, mede a idade média do estoque de casos pendentes, considerando apenas o tempo “útil” de tramitação. A meta do TJAC para 2025 era reduzir esse tempo para 500 dias ou menos.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Tempo médio pendente (dias)	579	560	534	471	399,50

Fonte: TJAC, 2025.

Os dados originalmente coletados pelo tribunal mostram tempos médios bastante altos até 2021: 579 dias, porém com ritmo decrescente, considerável a partir de então. Os tempos iniciais equivalem a quase 2 anos de tramitação média dos casos pendentes, indicando um acervo antigo. Em 2024 houve leve melhora para 471 dias. Já para 2025, os valores internos indicavam 399 dias.

Figura 12 – Tempo Médio Pendente (dias)



Fonte: TJAC, 2025.

#### Indicador:

- ✓ 13 - Tempo Médio do IRDR (Afetação à Publicação do Acórdão de Mérito).

A métrica de Tempo Médio do IRDR calcula o tempo, em dias, decorrido desde a afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) até a publicação do acórdão de mérito que o resolve.

O objetivo nacional é que esse tempo não ultrapasse 438 dias (cerca de 1 ano e 2 meses) em média, conforme o Plano Estratégico.

Todavia, em razão de dificuldades técnicas para estruturação, análise e disponibilização dos dados, não foi possível efetivar a medição do indicador até o final do exercício de 2025.

Por outro lado, esforços estão concentrados para disponibilizar os dados durante o exercício de 2026.

#### **Macrodesafio:**

- **Aprimorar a Governança Judiciária.**

#### **Objetivo:**

- **Potencializar o processo de inovação à governança judiciária.**

#### **Indicador:**

- ✓ **14 - Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade.**

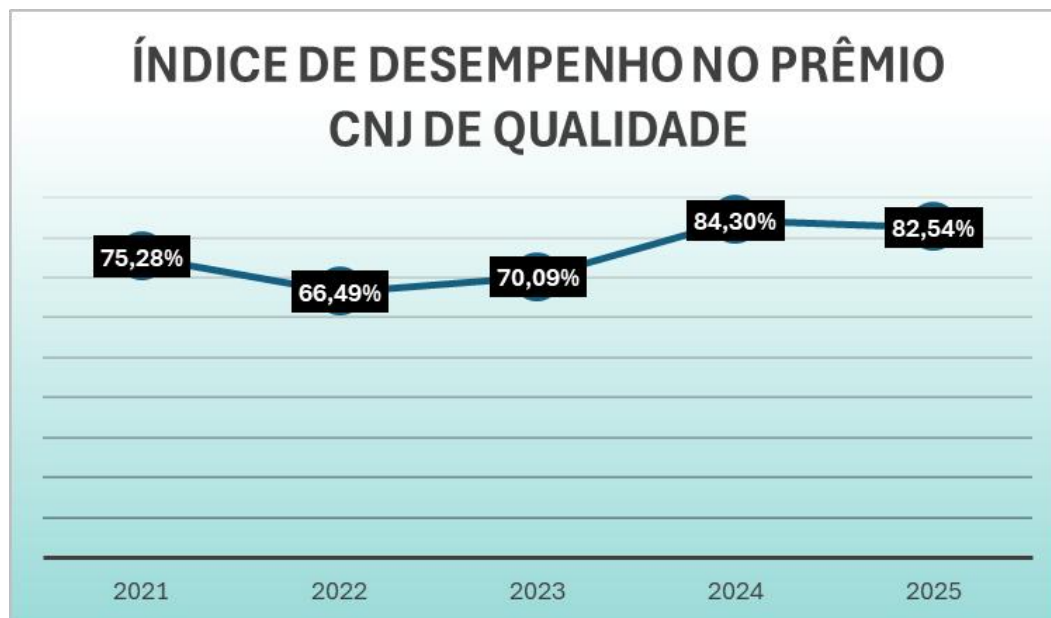
Esse índice representa o percentual de cumprimento dos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade pelo TJAC, isto é, a pontuação obtida pelo tribunal dividida pela pontuação máxima possível nos eixos avaliados.

O CNJ confere anualmente esse prêmio aos tribunais que se destacam em governança, produtividade, transparência e outros eixos, classificando-os em categorias (Diamante, Ouro, Prata, Bronze) conforme a pontuação.

Os dados indicam que o desempenho do TJAC variou significativamente ao longo do quinquênio. Em 2021, o índice foi 75,28%. Houve, entretanto, uma queda para 66,49% em 2022, sugerindo dificuldades ou novos critérios mais rigorosos naquele ano.

A partir de então, observa-se melhoria contínua: 70,09% em 2023, 84,30% em 2024, até 82,54% em 2025, o que representa o melhor desempenho do período.

Figura 13 – Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade



Fonte: CNJ, 2025 ([Prêmio CNJ de Qualidade, ed. 2025](#)).

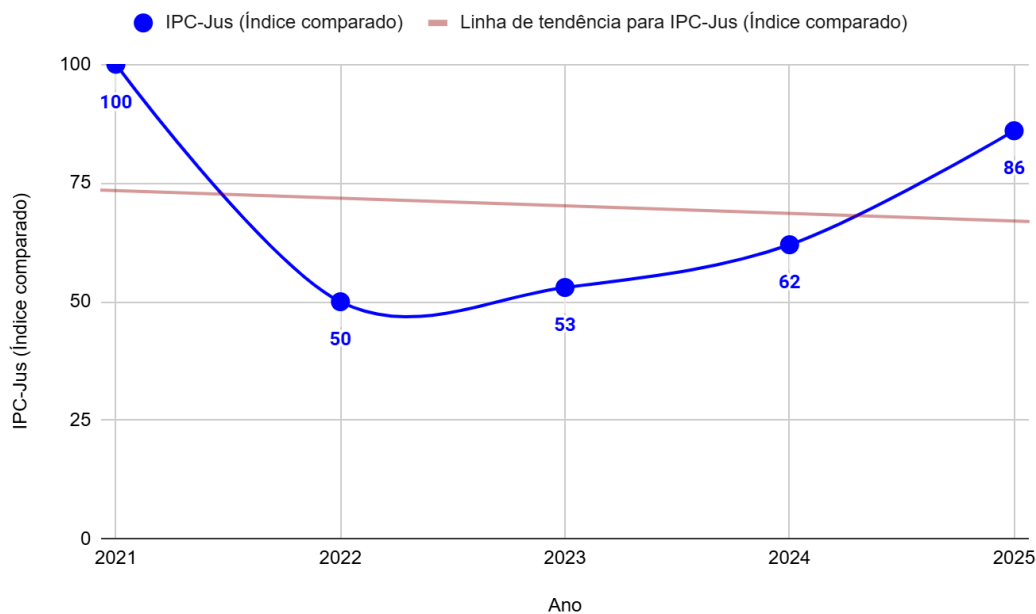
#### Indicador:

- ✓ **15 - IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça).**

O IPC-Jus compara a produtividade dos tribunais considerando vários fatores: volume de casos baixados em relação ao total em tramitação, número de magistrados e servidores (efetivos, requisitados e comissionados) e despesas totais (descontadas despesas com inativos e obras).

Os dados do TJAC apresentam uma dinâmica marcante: em 2021 o IPC-Jus foi 100,00, indicando desempenho equivalente à média dos tribunais já em 2022, houve queda para 50,00, em 2023 e 2024 com resultados de 53,00 e 62,00 respectivamente – uma recuperação gradual. Já em 2025, observa-se novo salto para 86,00.

Figura 14 – IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça)



Fonte: CNJ, 2025 ([Relatório Justiça em Número – ed. 2025](#)).

O fato de em 2025 o IPC-Jus estar em 86, mostra que o TJAC recuperou boa parte da eficiência comparada, resultado de programas de gestão por resultados, investimento em automação de rotinas e análise de processos de trabalho podem ajudar a elevar ainda mais o índice.

#### **Macrodesafio:**

- **Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal.**

#### **Objetivo:**

- **Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento.**

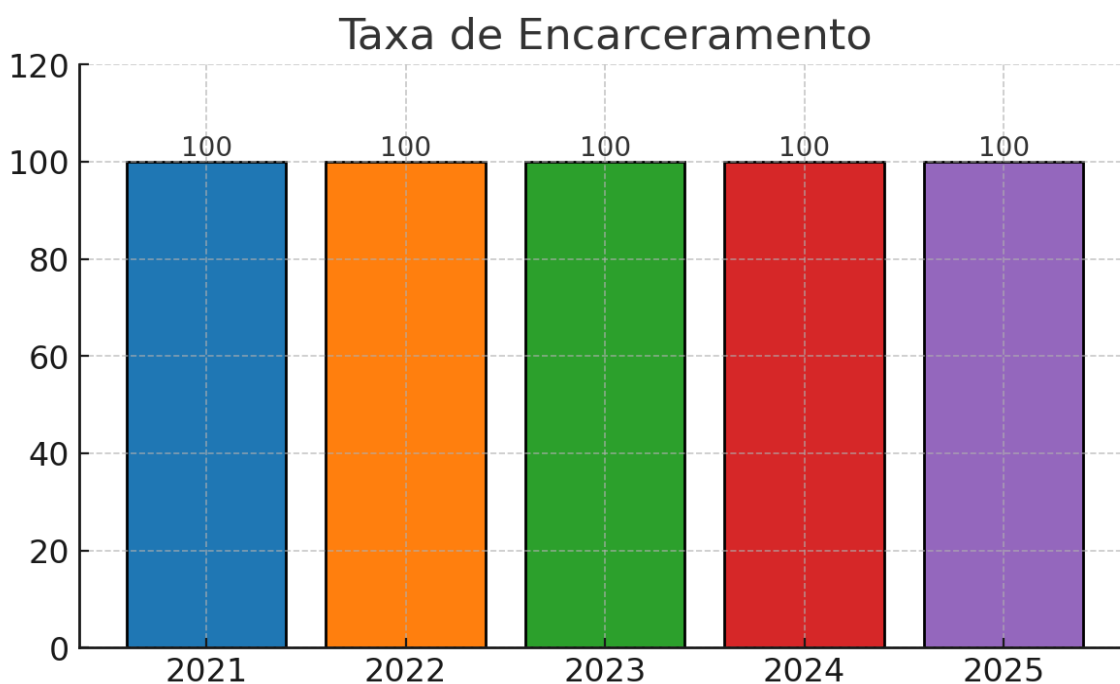
#### **Indicador:**

- ✓ **16 - Taxa de Encarceramento.**

O indicador Taxa de Encarceramento visa monitorar a relação entre a população prisional do Estado (presos provisórios e condenados) e o número de habitantes.

A meta estabelecida pelo Planejamento Estratégico do TJAC prevê o monitoramento semestral de todos os presídios do Estado pelo Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, bem dessa taxa, garantindo acompanhamento contínuo das condições carcerárias e subsidiando ações de governança, fiscalização e alinhamento às políticas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A polaridade do indicador é “maior é melhor”, pois está relacionada ao cumprimento da cobertura total dos presídios monitorados. A série histórica demonstra desempenho integral em todos os anos avaliados.

Figura 15 – Taxa de Encarceramento



Fonte: TJAC, 2025.

Os resultados de 2021 a 2025 evidenciam que o Tribunal de Justiça do Estado do Acre tem mantido 100% de monitoramento da taxa de encarceramento em todos os presídios do Estado, garantindo aderência total à meta definida e assegurando o cumprimento das atribuições institucionais relacionadas ao sistema carcerário.

Esse indicador é diretamente impactado pela atuação do TJAC em suas unidades com competência criminal e execução penal, bem como pela atuação coordenada com a Vara de Execução Penal (VEP) e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJAC). O GMF desempenha papel essencial no acompanhamento das unidades prisionais

do Acre, na coleta de dados e na implementação das diretrizes da Política Nacional de Atenção às Pessoas Privadas de Liberdade e da Política Nacional de Justiça Restaurativa, estabelecidas pelo CNJ.

Além disso, o TJAC participa ativamente de iniciativas como:

- Inspeções regulares nas unidades prisionais;
- Monitoramento eletrônico de dados prisionais;
- Relatórios de superlotação e condições estruturais;
- Alinhamento às diretrizes da Resolução CNJ nº 96, que trata da responsabilidade do Judiciário no sistema carcerário;
- Alimentação contínua do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU);
- Observância das diretrizes da Resolução CNJ nº 417/2021, que disciplina informações obrigatórias sobre pessoas custodiadas.

O desempenho também se alinha às metas estratégicas do Tribunal, contribuindo para:

- Qualificação das políticas de segurança pública;
- Fortalecimento da justiça criminal;
- Apoio ao planejamento interinstitucional envolvendo IAPEN, MPAC, DPE e demais órgãos;
- Melhoria contínua da prestação jurisdicional em matéria penal.

A manutenção do resultado de 100% ao longo dos anos demonstra a capacidade do TJAC em assegurar integralidade no acompanhamento da população prisional, reforçando seu compromisso com a governança institucional, a transparência e a garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

#### **Macrodesafio:**

- **Promover Políticas e Práticas de Sustentabilidade Ambiental.**

#### **Objetivo:**

- **Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição.**

## **Indicador:**

### **✓ 17 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS).**

O Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) é um indicador nacional elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça para avaliar a implementação e a efetividade das práticas socioambientais no âmbito dos tribunais brasileiros. A metodologia do IDS, descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, contempla critérios como gestão de resíduos, eficiência no consumo de energia e água, compras sustentáveis, governança ambiental, mobilidade, acessibilidade, capacitação interna e ações previstas no Plano de Logística Sustentável.

A meta institucional do Tribunal de Justiça do Acre é manter-se entre as três melhores posições no segmento dos Tribunais de Justiça Estaduais. Esse compromisso está alinhado às diretrizes de sustentabilidade definidas pelo CNJ e integra o Planejamento Estratégico do TJAC.

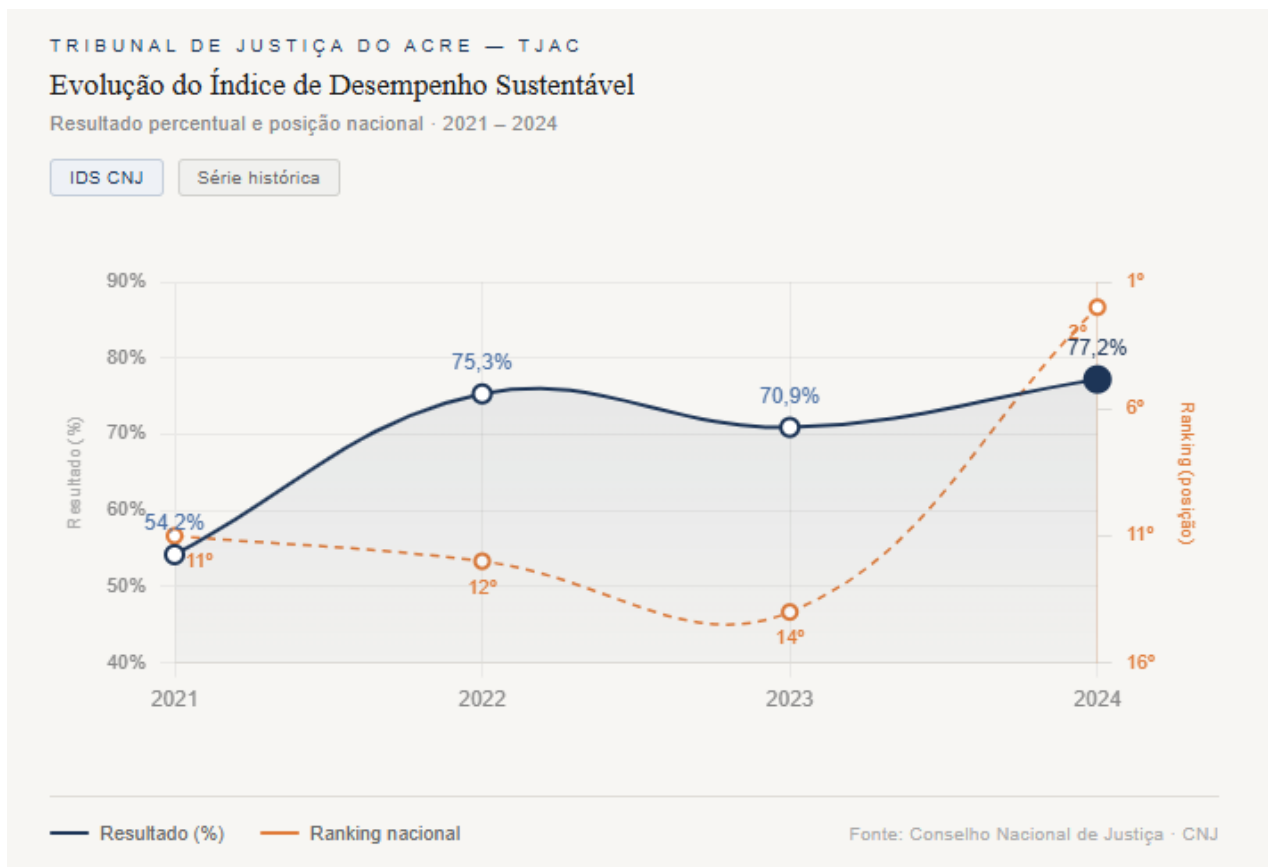
A análise da série histórica demonstra oscilações significativas no desempenho do Tribunal. Em 2021, o TJAC obteve a segunda colocação nacional, refletindo forte aderência às políticas socioambientais e elevada capacidade de comprovação das ações realizadas. Nos anos de 2022 e 2023, houve queda para as posições 11 e 12, respectivamente, influenciada por alterações metodológicas do CNJ, aumento da competitividade entre os tribunais e necessidade de aprimoramento nos processos de consolidação e envio das informações.

No ciclo de divulgação de 2025, referente ao ano-base 2024, o Tribunal voltou a alcançar a 2ª posição, com 77,20%, ficando atrás apenas do TJRR, que alcançou 83,80%, demonstrando recuperação e efetividade nas ações socioambientais. Esse resultado reforça a importância de fortalecer o monitoramento interno, a documentação das ações de sustentabilidade e a integração das unidades responsáveis pela execução do Plano de Logística Sustentável.

É importante destacar que o IDS funciona sempre com defasagem de um ano entre a realização das ações e a divulgação oficial do ranking. Por esse motivo, o resultado referente ao ano-base 2025 será divulgado pelo CNJ somente em 2026. Assim, o desempenho institucional apresentado até o momento corresponde exclusivamente às medições já disponibilizadas nacionalmente.

O cenário atual reforça a necessidade de revisão dos fluxos internos de governança ambiental, da melhoria contínua da qualidade das evidências apresentadas e do fortalecimento das práticas sustentáveis adotadas pelo Tribunal. Esses elementos são essenciais para reposicionar o TJAC entre as primeiras colocações nos próximos ciclos e garantir aderência plena às políticas nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário.

Figura 16 – Índice de Desempenho Sustentável (IDS)



Fonte: CNJ, 2025 ([Balanço Socioambiental](#)).

### 4.3.3. Perspectiva do Aprendizado e Crescimento

#### Macrodesafio:

- Capacitar e valorizar servidores e colaboradores.

#### Objetivo:

- Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica  
Indicador.

**Indicador:**

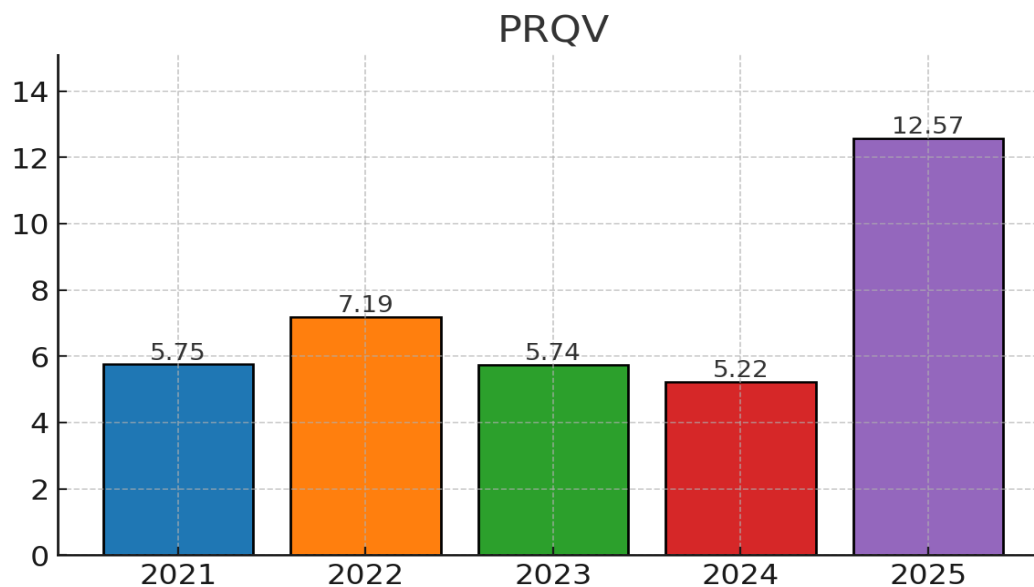
✓ **18 - Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV).**

O indicador Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV) mede o engajamento dos servidores nas iniciativas de promoção de saúde, bem-estar, prevenção de adoecimento e melhoria das condições de trabalho. O cálculo segue a metodologia definida pela Resolução CNJ 400 de 2021, que estabelece diretrizes para políticas de Qualidade de Vida no Trabalho no Poder Judiciário. O índice considera a quantidade de participações registradas em ações de QVT, o número total de ações ofertadas e o quantitativo da força de trabalho do Tribunal.

A meta institucional do TJAC estabelece a ampliação progressiva desse percentual, com aumento acumulado anual de 2%, tendo como referência histórica o percentual de 2,20% em 2019. O indicador está inserido no eixo de valorização de pessoas do Planejamento Estratégico do Tribunal e contribui diretamente para o fortalecimento da saúde ocupacional, para a satisfação no ambiente de trabalho e para a promoção de uma cultura organizacional mais saudável.

A análise dos resultados demonstra os seguintes percentuais de participação: 5,75% em 2021, 7,19% em 2022, 5,74% em 2023, 5,22% em 2024 e 12,57% em 2025. Observa-se que, embora os anos de 2023 e 2024 apresentem redução no percentual de engajamento, o Tribunal obteve crescimento expressivo em 2025, superando inclusive a meta estabelecida para o ano, que era de 12,2%.

Figura 17 – Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV)



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Este avanço está associado ao fortalecimento das iniciativas promovidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e demais unidades envolvidas. Entre as ações que contribuíram para o resultado destacam-se campanhas de promoção de saúde, programas de atividade física, ações de prevenção de riscos psicossociais, oficinas educativas, campanhas de saúde mental, vacinação, atividades integrativas e ações de bem-estar desenvolvidas em cumprimento às diretrizes da Resolução CNJ 207 e da própria Resolução 400.

Também é relevante considerar a ampliação da política institucional de valorização das pessoas, o uso de formulários eletrônicos para registro de participação, a divulgação ativa das ações nos canais internos e a intensificação do calendário anual de atividades de QVT. O conjunto dessas medidas favoreceu o aumento do alcance das ações, bem como a participação maior dos servidores em 2025.

O resultado obtido demonstra a maturidade crescente da política de qualidade de vida no âmbito do TJAC e reforça a importância da continuidade das ações de monitoramento, promoção da saúde e engajamento dos servidores. Para os anos seguintes, manter a consistência das estratégias e ampliar a integração entre as unidades é fundamental para assegurar a sustentabilidade dos avanços e o alinhamento contínuo às diretrizes nacionais do CNJ.

**Indicador:**

✓ **19 - Índice de Absenteísmo-Saúde.**

O Índice de Absenteísmo-Saúde mede o percentual de dias de afastamento por motivo de saúde entre magistrados e servidores, considerando tanto as condições próprias quanto de familiares, e relacionando o total de dias de ausência com o número de magistrados e servidores ativos no período. Esse indicador permite avaliar o impacto dos afastamentos por questões de saúde na força de trabalho e auxilia no planejamento de ações de prevenção, promoção de saúde e melhoria das condições laborais no Tribunal de Justiça do Acre.

De acordo com a meta institucional, o objetivo é manter o índice de absenteísmo menor que 3% até 2026, alinhado às políticas de gestão de pessoas e às orientações do Conselho Nacional de Justiça que incentivam práticas de saúde ocupacional e atenção ao bem-estar no ambiente de trabalho. Trata-se de um indicador de polaridade menor melhor, ou seja, índices mais baixos representam melhor desempenho e menor impacto dos afastamentos na produtividade institucional.

A análise da série histórica mostra que o Tribunal tem apresentado resultados amplamente satisfatórios: 0,95% em 2021, 1,02% em 2022, 0,29% em 2023, 2,10% em 2024 e 1,07% em 2025. Todos os resultados registrados permanecem abaixo da meta limite de 3%, o que demonstra eficiência no acompanhamento e na gestão dos afastamentos por saúde.

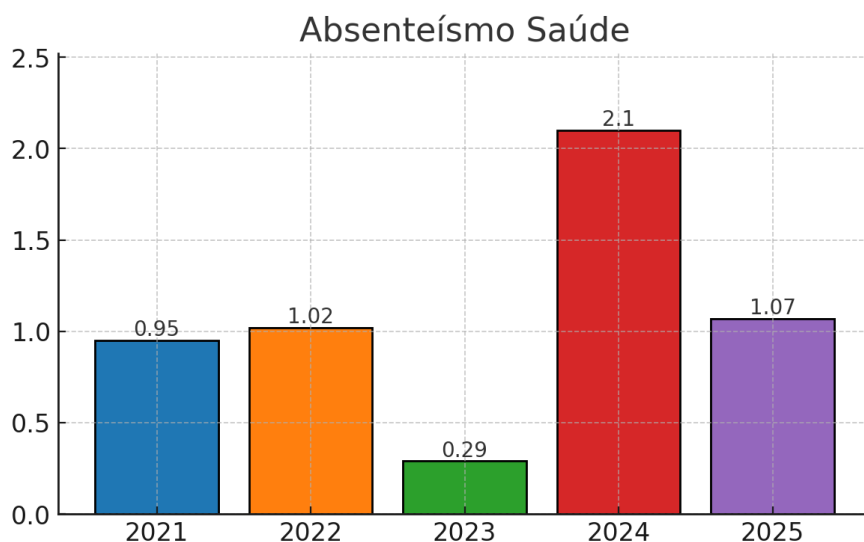
Em 2025, O Programa de Assistência à Saúde Mental instituído pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) representa um marco histórico na atenção à saúde ocupacional no âmbito do Judiciário acreano. A iniciativa foi oficialmente lançada em cerimônia realizada no auditório da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD), com ampla participação de magistrados, servidores e colaboradores.

O programa busca promover a saúde emocional, prevenir adoecimentos psicossociais e estruturar um ambiente de trabalho acolhedor e humano. Entre as ações previstas estão rodas de conversa sobre autocuidado, oficinas de relaxamento e mindfulness, atendimento psicológico, triagem e encaminhamento clínico, readaptação funcional, apoio a pessoas com deficiência ou transtornos, e criação de espaços de escuta e acolhimento.

A adoção do programa está alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relativas à saúde ocupacional e à qualidade de vida no trabalho e representa a institucionalização de uma política permanente de bem-estar no TJAC.

No contexto do indicador de Absenteísmo-Saúde, essas iniciativas ganham relevância adicional. Essa integração entre gestão de pessoas, saúde ocupacional e governança demonstra que o TJAC não apenas monitora quantitativamente os dados, mas também atua de forma proativa para melhorar a qualidade de vida de seus magistrados e servidores.

Figura 18 – Absenteísmo Saúde



Fonte: COBES/TJAC, 2025.

### Indicador:

#### ✓ **20 - Índice de Capacitação de Magistrados.**

O Índice de Capacitação de Magistrados mensura o percentual de magistrados que participaram de ações formativas no período, considerando cursos, oficinas, seminários e programas de aperfeiçoamento reconhecidos pela Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud) e validados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O indicador segue as diretrizes da Resolução CNJ 106 de 2010, que estabelece parâmetros para a

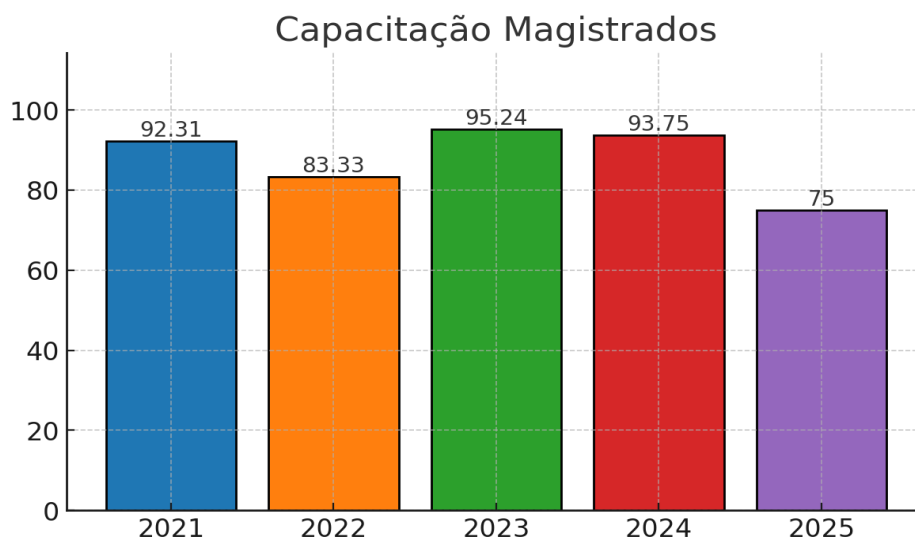
política nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados e determina a necessidade de capacitação continuada como requisito institucional de desenvolvimento.

A meta definida pelo Tribunal de Justiça do Acre é manter percentuais superiores a 50% até 2026. A análise da série histórica demonstra desempenho consistentemente elevado ao longo dos anos. O Tribunal registrou 92,31% em 2021, 83,33% em 2022, 95,24% em 2023, 93,75% em 2024 e 75% em 2025. Em todos os anos analisados o resultado permaneceu acima da meta, reforçando o compromisso institucional com a formação continuada e com o desenvolvimento profissional da magistratura acreana.

O Tribunal de Justiça do Acre tem adotado iniciativas relevantes por meio da Esjud, como a ampliação dos cursos da plataforma de educação a distância, oferta de programas de formação continuada em temas de gestão judiciária, direitos fundamentais, técnicas de decisão, inovação, sustentabilidade e alinhamento às resoluções do CNJ. Entre as ações divulgadas no site institucional estão a realização de semanas acadêmicas, programas de aperfeiçoamento prático, formação em novas tecnologias, atividades voltadas à magistratura iniciante e eventos integrados com o CNJ e a Enfam, que contribuem diretamente para o aumento da qualificação profissional.

De forma geral, os resultados demonstram que o TJAC mantém um elevado padrão de capacitação, em consonância com a política nacional de formação da magistratura e com o Planejamento Estratégico institucional.

Figura 19 – Capacitação de Magistrados



Fonte: ESJUD/TJAC, 2025.

**Indicador:**

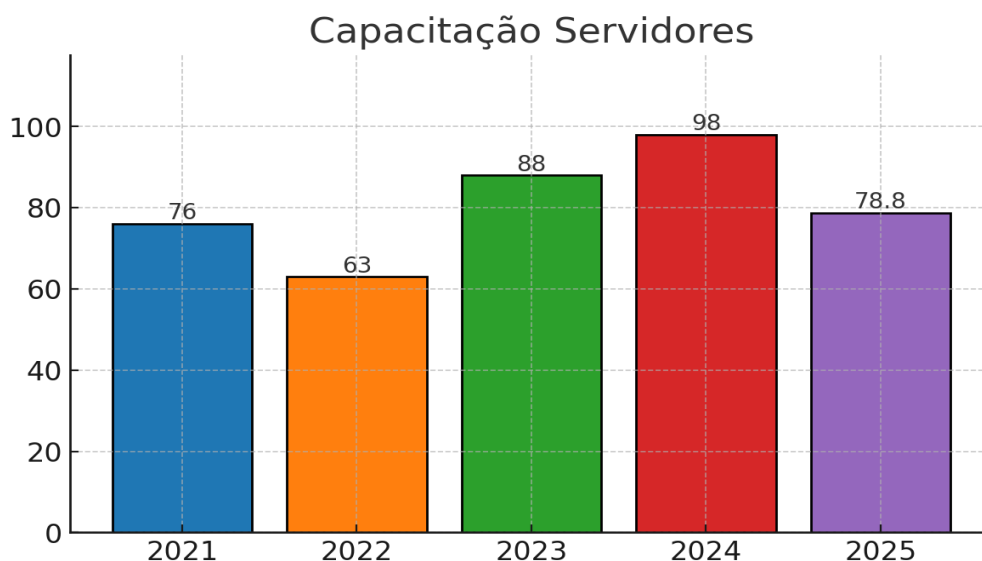
✓ **21 - Índice de Capacitação de Servidores.**

O Índice de Capacitação de Servidores mede o percentual de servidores que participaram de ações formativas no período, considerando cursos obrigatórios e facultativos, treinamentos internos, capacitações ofertadas pela Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud), bem como cursos homologados provenientes de instituições parceiras. O indicador segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente pela Resolução CNJ 240 de 2016, que institui a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, e pela Resolução CNJ 192 de 2014, que dispõe sobre a formação e aperfeiçoamento de servidores.

A variação observada entre os anos decorre da disponibilidade e expansão de oferta de cursos, da diversificação de modalidades de ensino, da criação de trilhas formativas, além da ampliação dos cursos EAD disponibilizados pela Esjud. O aumento expressivo em 2023 e 2024 reflete momentos de intensificação das políticas de capacitação, com destaque para programas anunciados no portal institucional do TJAC, como o fortalecimento da Plataforma EAD Esjud, capacitações voltadas à transformação digital, atendimento ao público, gestão judiciária e práticas sustentáveis alinhadas ao Planejamento Estratégico.

A evolução positiva do indicador reflete o compromisso do Tribunal de Justiça do Acre com a valorização e o desenvolvimento contínuo de seus servidores, em consonância com os objetivos estratégicos da instituição e com as diretrizes nacionais de profissionalização da força de trabalho. A manutenção de percentuais superiores à meta estabelece um cenário favorável para o fortalecimento da gestão de pessoas, contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Figura 20 – Capacitação de Servidores



Fonte: ESJUD/TJAC, 2025 ([Calendário de Formações em 2025](#)).

### Indicador:

#### ✓ 22 - Índice de Condições de Trabalho (Satisfação Interna).

A análise do Índice de Satisfação Interna no período de 2021 a 2024 evidencia comportamento oscilatório, com destaque para crescimento expressivo em 2022, quando o indicador atingiu 84,6%, seguido de retração nos anos subsequentes, registrando 71,4% em 2023 e 66,8% em 2024.

Embora todos os resultados permaneçam acima do patamar mínimo de referência (50%), observa-se uma tendência recente de redução no nível de satisfação dos servidores, o que pode indicar a necessidade de revisão e fortalecimento das políticas institucionais voltadas às condições de trabalho, valorização profissional e clima organizacional.

O desempenho de 2022 configura-se como ponto de destaque na série histórica, possivelmente associado a iniciativas institucionais específicas, cuja sustentação não se manteve integralmente nos anos seguintes.

Para o exercício de 2025, informa-se que os dados ainda não foram mensurados até o momento da elaboração deste relatório, motivo pelo qual não integram a presente análise.

Figura 21 - Índice de Condições de Trabalho (Satisfação Interna)



Fonte: SEGEP/TJAC, 2025.

### Macrodesafio:

- Fortalecer a Gestão de TIC.

### Objetivo:

- Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ, conforme resoluções do CNJ.

### Indicador:

- ✓ 23 - Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

O iGovTIC-JUD é o instrumento nacional instituído pelo CNJ para aferir a maturidade da governança, gestão e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas cortes do Poder Judiciário, conforme previsto na Resolução CNJ 370/2021. Entre os requisitos avaliados estão a existência de Plano Diretor de TIC, comitês de governança, políticas de segurança da informação, gestão de projetos, infraestrutura tecnológica, gerenciamento de serviços, transparência e atendimento ao usuário, alinhadas à Estratégia Nacional de TIC (ENTIC-JUD).

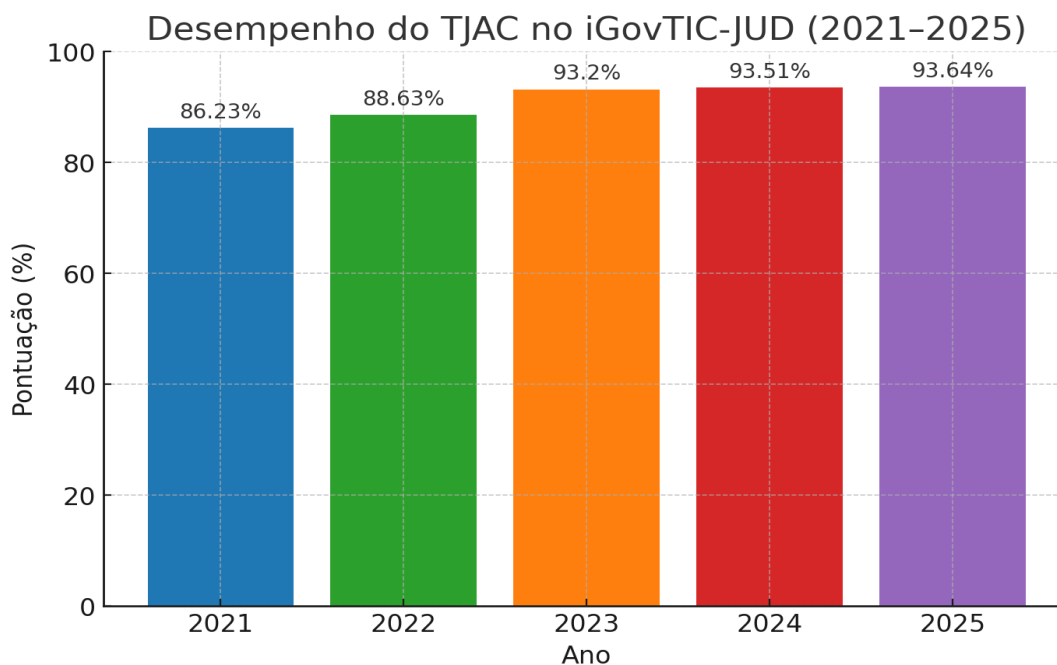
O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) vem alcançando desempenhos crescentes no índice. Conforme divulgação oficial, em 2025 o Tribunal manteve o nível de Excelência no iGovTIC-JUD, situando-se entre os melhores do país.

Esse resultado evidencia que, nos últimos anos, a Setic/DITEC do TJAC realizou melhorias estruturais e de governança de TIC, tais como:

- Revisão e homologação do Plano Diretor de TIC (PDTIC), alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional e às diretrizes da ENTIC-JUD;
- Constituição ou reforço do Comitê de Governança de TIC, com periodicidade de reuniões e controle documental das decisões, conforme exigência legal;
- Modernização da infraestrutura de TIC, com adoção de soluções corporativas, melhoria na segurança da informação e adequação aos padrões nacionais;
- Implementação de boas práticas de gestão de serviços de TIC, priorização orçamentária para tecnologia, transparência nas aquisições e aderência às recomendações do CNJ;
- Fortalecimento da governança interna com definição clara de papéis, responsabilidades e fluxos de decisão para projetos e contratos de TIC.

A consolidação desse nível de maturidade confere ao Tribunal condições de liderar a transformação digital no âmbito estadual, garantir maior segurança, eficiência e transparência dos serviços judiciais e alinhar sua estrutura de TIC às melhores práticas nacionais recomendadas pelo CNJ.

Figura 22 - Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)



Fonte: CNJ, 2025 (Painel iGovTIC-JUD CNJ).

**Indicador:**

✓ **24 - Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual pelo TJAC (ISV).**

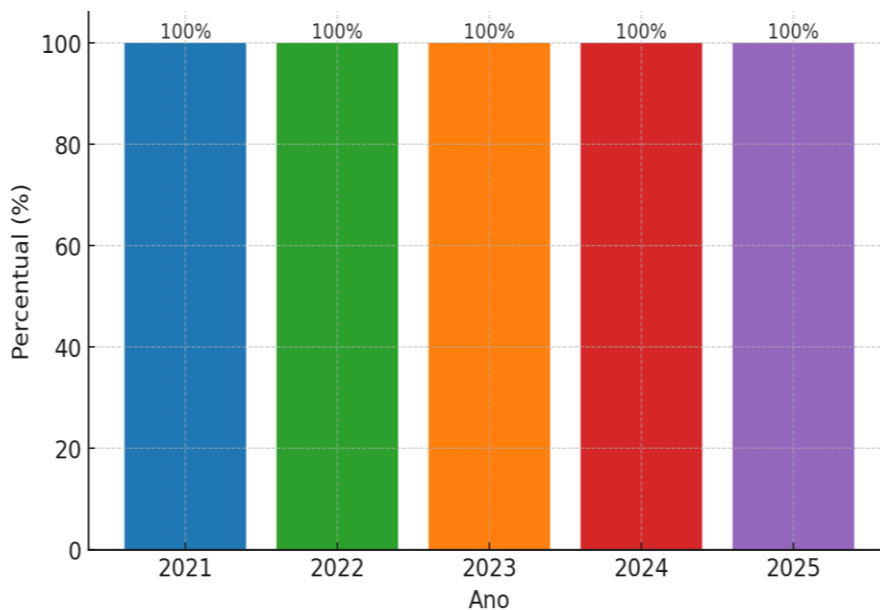
O Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual pelo Tribunal de Justiça do Acre (ISV) mede o percentual de serviços institucionais ofertados à sociedade que possuem alternativa de atendimento eletrônico, considerando a relação entre serviços virtualizados e o total de serviços catalogados. O indicador está alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça relativas à transformação digital no Poder Judiciário, especialmente à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-Jud), à Estratégia Digital do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 397/2021) e às recomendações de expansão do acesso aos serviços judiciais por meio de plataformas eletrônicas.

A meta institucional estabelece a disponibilização de 100% dos serviços do Tribunal em formato virtual. A série histórica evidencia que o TJAC alcançou integralmente a meta em todos os anos avaliados, registrando ISV igual a 100% em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. Esse desempenho demonstra o alto grau de maturidade do Tribunal em iniciativas de digitalização, bem como o comprometimento das unidades administrativas e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação na implementação e manutenção dos serviços eletrônicos.

A consolidação do indicador em nível máximo decorre de um conjunto de ações de transformação digital conduzidas pelo Tribunal, incluindo a modernização dos sistemas de atendimento ao usuário, ampliação dos serviços acessíveis pelo portal institucional, aprimoramento de fluxos eletrônicos, expansão do Processo Judicial Eletrônico, disponibilização de serviços automatizados e fortalecimento das soluções digitais conforme os padrões definidos pelo CNJ. Essas iniciativas, somadas à estruturação da governança de TIC, permitiram a ampliação da acessibilidade, redução de deslocamentos, melhoria da transparência e fortalecimento da eficiência administrativa.

O desempenho estável no ISV demonstra que o TJAC se mantém plenamente aderente às diretrizes nacionais de transformação digital, garantindo que a sociedade tenha acesso contínuo, seguro e integral aos serviços eletrônicos disponibilizados pela instituição.

Figura 23 - Histórico do Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual



Fonte: SEGEP/TJAC, 2025.

### Indicador:

#### ✓ 25 - Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ.

O indicador “Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ” mede o grau de conformidade das soluções tecnológicas utilizadas pelo Tribunal com os requisitos, normas técnicas, recomendações e padrões nacionais definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa conformidade assegura interoperabilidade, segurança, governança da informação e alinhamento às diretrizes estratégicas estabelecidas na Resolução CNJ nº 370/2021 e na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD).

A meta institucional prevê alcançar 100% de aderência dos sistemas aos requisitos do CNJ até 2026. A série histórica demonstra que o Tribunal manteve a totalidade do índice em todos os anos avaliados, registrando 100% de conformidade em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. Esse resultado evidencia a maturidade tecnológica alcançada pelo TJAC e o compromisso contínuo com a padronização e a modernização de suas soluções tecnológicas.

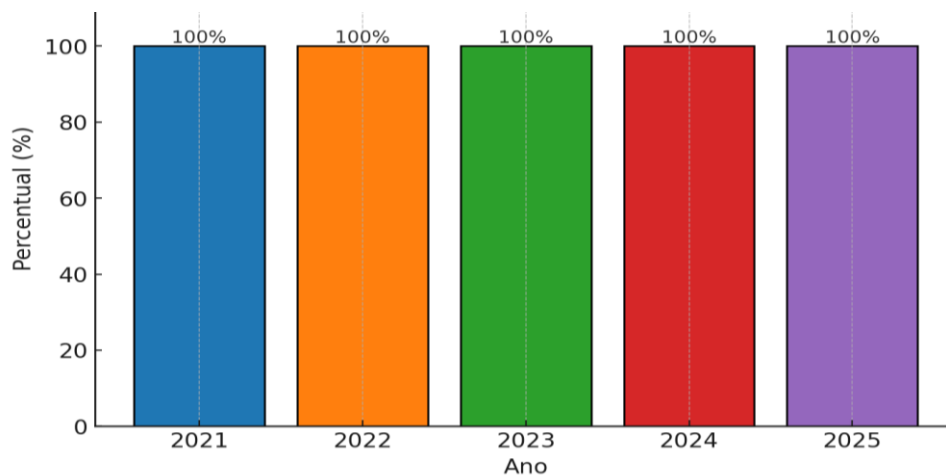
A aderência integral dos sistemas aos padrões do CNJ está diretamente relacionada ao desempenho elevado do Tribunal em indicadores nacionais, como o iGovTIC-JUD, no qual o TJAC

tem se mantido nos melhores níveis do país. A consolidação desse índice reflete ações estruturantes conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, incluindo revisão de arquitetura de sistemas, adequação de protocolos de segurança, atualização de plataformas e integração de soluções corporativas ao ecossistema tecnológico nacional.

Outras iniciativas relevantes incluem a atualização de soluções administrativas, integração com plataformas nacionais como PJeOffice, BNMP, DataJud e SNIP, aprimoramento de painéis gerenciais, automação de rotinas e adequações tecnológicas que garantem atendimento contínuo às normativas e aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo CNJ.

O desempenho estável em 100% demonstra que o Tribunal dispõe de governança tecnológica madura, sustentada por planejamento estratégico, gestão de riscos, arquitetura corporativa, conformidade normativa e foco na melhoria contínua dos serviços prestados.

Figura 24 - Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ



Fonte: SETIC/TJAC, 2025.

#### 4.3.4. Perspectiva da Sustentabilidade Financeira

##### Macrodesafios:

- **Ampliar e Diversificar Fontes de Recursos Orçamentários e Financeiros;**
- **Otimizar Recursos Orçamentários e Financeiros.**

##### Objetivo:

- **Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação.**

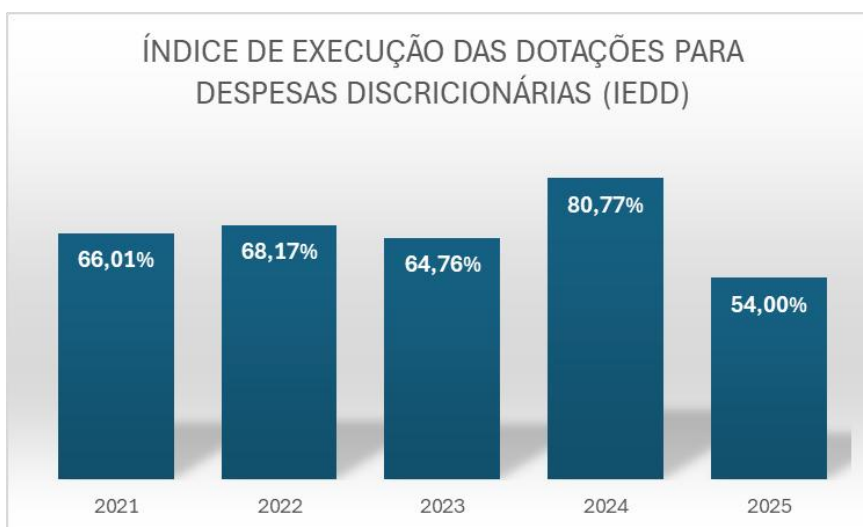
**Indicador:**

✓ **26 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD).**

O Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD) monitora a capacidade do Tribunal de Justiça do Acre em executar o orçamento destinado às despesas de natureza discricionária, considerando o montante empenhado em relação à dotação atualizada. Esse indicador expressa a eficiência do processo de planejamento e execução orçamentária, em conformidade com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano de Gestão Orçamentária do Poder Judiciário e das políticas de governança administrativa.

A meta institucional estabelece a ampliação gradual do nível de execução, tomando como referência o ano-base de 2020 (64,01%). A série histórica apresenta oscilações que refletem o comportamento natural das despesas discricionárias, influenciadas por fatores como limitações de empenho, contingenciamentos, sazonalidade das contratações, reajustes contratuais, calendário de execuções e variações das demandas administrativas.

Figura 25 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)



Fonte: SEGOFF/TJAC, 2025.

O desempenho evidencia um comportamento decrescente a partir de 2021, com recuperação em 2024, com posterior queda em 2025. Esse resultado revela a necessidade de aprimoramento dos processos de planejamento, à reorganização de contratos administrativos e ao acompanhamento sistemático das execuções pelas unidades responsáveis.

O aprimoramento e monitoramento contínuo do IEDD em 2026 deverá permitir ao Tribunal aprimorar o equilíbrio entre planejamento e execução, garantindo maior previsibilidade financeira, mais transparência e alinhamento às recomendações do Conselho Nacional de Justiça para a gestão orçamentária no Poder Judiciário.

**Indicador:**

✓ **27 - Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP).**

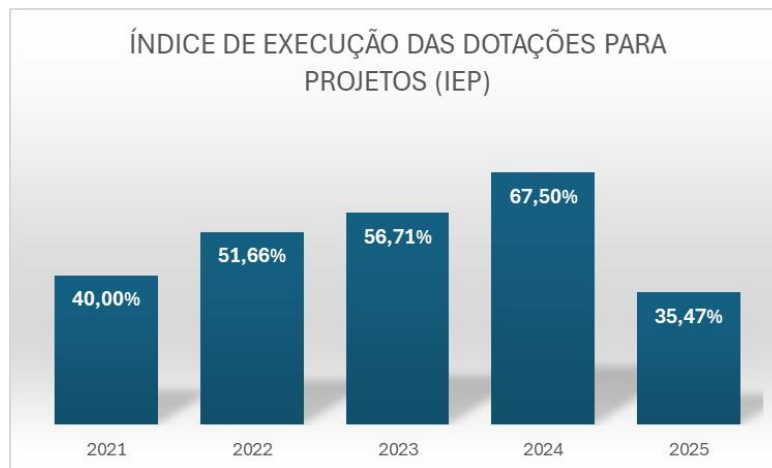
O Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP) tem por finalidade medir a capacidade institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre em executar os recursos previstos no orçamento destinados especificamente à implementação de projetos estratégicos, considerando a relação entre o montante empenhado e a dotação atualizada para essa finalidade. Esse indicador é essencial para mensurar o avanço das iniciativas estruturantes do Tribunal e demonstra o nível de aderência entre o planejamento estratégico, o planejamento orçamentário e a execução financeira anual.

A meta institucional consiste em executar, no mínimo, 50% das dotações orçamentárias destinadas a projetos, tomando-se como referência o ano base de 2020, cujo desempenho foi de 40%.

O resultado de 2025 (35,47%) deve ser analisado à luz do calendário orçamentário e das especificidades da execução de projetos, uma vez que despesas dessa natureza se concentram majoritariamente no segundo semestre, em função de cronogramas de contratação, entregas planejadas e marcos de execução.

A execução das dotações para projetos reflete diretamente o compromisso do Tribunal com o Social, o aprimoramento da infraestrutura tecnológica, modernização administrativa, inovação, ampliação da eficiência judicial e atendimento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Figura 26 - Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP).



Fonte: SEGOFF/TJAC, 2025.

### **Macrodesafio:**

- **Assegurar Infraestrutura Adequada ao Interior e Capital**

### **Objetivo:**

- **Oferecer Segurança e Qualidade às Estruturas de Funcionamento do TJAC.**

### **Indicador:**

- ✓ **28 - Índice de Execução do Plano de Obras.**

O Índice de Execução do Plano de Obras (IEPO) tem como finalidade medir o percentual de ações de obras planejadas e efetivamente executadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, considerando a proporção entre o total de ações previstas no Plano de Obras e aquelas concluídas no exercício. Esse indicador apoia a governança de infraestrutura física, permitindo acompanhar o avanço das melhorias estruturais destinadas ao aperfeiçoamento das unidades judiciais e administrativas do Tribunal.

O Plano de Obras vigente estabelece as diretrizes de planejamento, priorização e execução das intervenções estruturais necessárias ao adequado funcionamento das unidades, considerando critérios como demanda jurisdicional, condições físicas dos prédios, disponibilidade orçamentária e diretrizes da administração superior.

A série histórica evidencia que, nos anos anteriores, evidencia um aumento crescente no nível de execução do Plano, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo. Contudo, houve uma queda no indicador no ano de 2025, em razão da atualização do Plano e inclusão de novas obras. A meta de 2025 foi 83,31% de execução (total de ações do Plano de Obras executadas / total de ações do Plano de Obras previstas).

No Planejamento de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, estão previstas novas ações de obras que contemplam reformas, adequações estruturais e melhorias em unidades, alinhadas ao Plano de Obras e às necessidades identificadas no diagnóstico institucional. Essas iniciativas passaram a compor o portfólio de obras programadas, representando a evolução do Tribunal na consolidação de um planejamento de infraestrutura sistematizado e aderente às orientações do Conselho Nacional de Justiça.

Figura 27 - Índice de Execução do Plano de Obras



Fonte: SEINF/TJAC, 2025.

### Indicador:

- ✓ **29 - Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados**

O indicador *Percentual de Comarcas atendidas por Postos Avançados e Escritórios Unificados* apresenta, entre 2021 e 2025, desempenho plenamente satisfatório, com 100% de atendimento em todos os anos avaliados. Esse resultado evidencia o compromisso contínuo do

Tribunal de Justiça do Estado do Acre com a descentralização dos serviços judiciais e a ampliação do acesso à Justiça, especialmente em municípios que não possuem sede de comarca instalada.

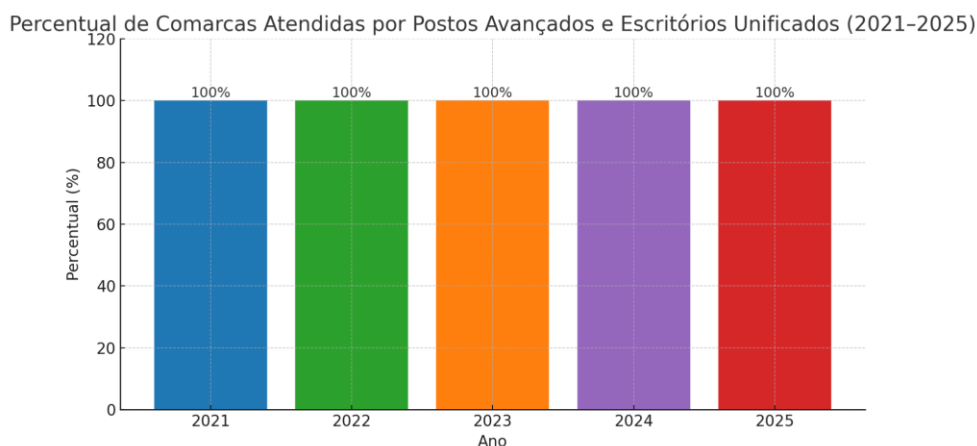
A manutenção do percentual máximo reflete a adoção de práticas alinhadas às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orientam os tribunais a fortalecerem estruturas de apoio para garantir atendimento presencial, orientação processual e prestação jurisdicional mínima em localidades de difícil acesso ou baixa densidade populacional. Tal política contribui diretamente para o cumprimento das metas nacionais de governança, eficiência administrativa e universalização do acesso aos serviços públicos essenciais.

No âmbito do Tribunal, diversas unidades administrativas atuam de forma integrada para assegurar a continuidade desse atendimento, com destaque para as áreas responsáveis pela infraestrutura, logística, tecnologia da informação e gestão territorial. Essas ações incluem a manutenção de postos avançados, articulação com prefeituras e órgãos parceiros, alocação de pessoal, uso de sistemas informatizados e monitoramento periódico das demandas locais.

A persistência do índice máximo demonstra maturidade na execução das políticas de acesso à Justiça e reforça o papel do Tribunal como agente de inclusão social, garantindo que a população dos 22 municípios do Estado continue a receber atendimento adequado, contínuo e humanizado.

Assim, o resultado do período reforça a eficiência das estratégias de descentralização, a efetividade das ações implementadas e a sustentabilidade do modelo de atendimento adotado, consolidando o TJAC como instituição comprometida com a interiorização da Justiça e com a efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos acreanos.

Figura 28 - Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

## 5 - PROJETOS ESTRATÉGICOS

Quadro - Relação de projetos estratégicos desenvolvidos em 2025:

Título do Projeto	Descrição do Projeto (Objeto)	Data de início	Data final	ODS	Unidade gestora	Progresso de execução (%)
Projeto Radioativo	Capacitação profissional e inclusão no mercado de trabalho para adolescentes em medidas socioeducativas.	16/06/2025	31/12/2026	ODS 8	Coord. Programas Sociais - COAPS	75,00%
Pedalando Novos Tempos	Curso de mecânica de bicicletas e cidadania para reintegração social de jovens do sistema socioeducativo.	16/06/2025	31/07/2026	ODS 8	Coord. Programas Sociais - COAPS	75,00%
Cidadania e Justiça na Escola	Ciclo de palestras e atividades lúdicas em escolas públicas sobre direitos e deveres.	04/02/2025	31/12/2025	ODS 4, 16	Coord. Programas Sociais - COAPS	100,00%
Projeto Cidadão	Mutirões de atendimento em comunidades para emissão de documentos e assistência jurídica.	16/03/2025	18/12/2025	ODS 16	Coord. Programas Sociais - COAPS	100,00%
ECA na Comunidade	Ações educativas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para prevenir atos infracionais.	02/04/2025	19/12/2025	ODS 16	Coord. Programas Sociais - COAPS	100,00%
Programa Audiência Pública - permanente	Programa de rádio semanal para levar informações sobre direitos e serviços da Justiça.	15/04/2025	18/12/2025	ODS 16	Coord. Programas Sociais - COAPS	100,00%
Justiça Restaurativa - permanente	Aplicação de métodos autocompositivos e círculos de construção de paz	16/02/2025	18/12/2026	ODS 16	Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa - NUJURIS	66,67%

	para solução de conflitos.					
Poder Judiciário de Portas Abertas	Projeto focado na acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência (PCDs).	14/04/2025	29/04/2025	ODS 10 e 16	Secretaria de Governança - SEGOV	100,00%
Eproc	Implantação e gestão do novo sistema de processo judicial eletrônico.	04/12/2025	15/12/2026	ODS 16, 9	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC	85,00%
Fortalecimento da Segurança Institucional	Melhoria de equipamentos, controle de acesso e inteligência para proteção.	26/09/2025	30/10/2026	ODS 16	Gabinete de Segurança Institucional - GSITJ	50,00%
Gestão de Riscos	Implementação da política e metodologia de gestão de riscos em processos críticos.	03/06/2025	30/06/2026	ODS 16	Secretaria de Governança - SEGOV	90,00%
Gestão de Processos	Mapeamento e otimização de fluxos de trabalho (BPM) para maior eficiência.	10/02/2025	31/12/2026	ODS 16	Secretaria de Governança - SEGOV	83,33%
Gestão da Memória e Arquivo	Preservação do patrimônio histórico e documental do Judiciário.	01/08/2025	31/12/2025	ODS 11	Coordenadoria Gestão Memória - COGMA	100,00%
Programa de Residência Tecnológica	Realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica via residência.	06/02/2024	07/11/2026	ODS 9	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC	75,00%
CEPRE	Estruturação da Central de Processamento Eletrônico.	01/01/2023	31/10/2025	ODS 16	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência	100,00%
Projeto Humanize	Apoiar a aplicação do controle de convencionalidade (Corte IDH).	03/11/2025	31/07/2026	ODS 16	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência	50,00%
Coral Cançãoeiros da Paz	Coral de servidores e magistrados para cultura e bem-estar.	06/01/2025	18/12/2025	ODS 3	Assessoria de Relações Públicas e	100,00%

					Cerimonial – ASPEC	
Saúde Mental	Programa de atenção psicossocial para magistrados e servidores.	01/07/2025	18/12/2026	ODS 3	Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde – COBES	83,33%
Saúde Itinerante	Serviços de atenção à saúde em todas as Comarcas do interior.	16/02/2025	18/12/2025	ODS 3	Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde – COBES	100,00%
Concurso de Remoção	Processo transparente para movimentação de servidores.	08/08/2025	27/05/2026	ODS 16	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP	90,00%
Prêmio de Qualidade TJAC	Reconhecimento às unidades com melhor desempenho.	30/03/2025	18/12/2025	ODS 16	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência	100,00%
Plantando o Futuro - permanente	Ações de reflorestamento e compensação de carbono.	01/05/2025	18/12/2026	ODS 13, 15	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS	33,33%
Plano de Descarbonização	Objetivo de zerar as emissões de carbono até 2030.	20/03/2025	31/12/2026	ODS 12	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS	50,00%
Projeto Zerou Papel	Digitalização de acervos e fluxos 100% digitais.	02/01/2025	16/12/2026	ODS 12	Secretaria Geral	75,00%
Prêmio TJAC Sustentável	Premiar boas práticas de proteção ambiental.	21/08/2025	10/10/2025	ODS 12	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS	100,00%
Captação de Recursos Externos	Captação via emendas parlamentares e convênios.	01/04/2025	31/12/2026	ODS 17	Secretaria de Governança - SEGOV	50,00%
Construção do Fórum Cível	Construção do Terceiro Bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco.	02/01/2025	31/12/2026	ODS 9	Secretaria de Infraestrutura - SEINF	61,11%
Repositório Arquivístico RDC-Arq com a preservação do DJE e Processos do SEI.	Implementar um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) integrado ao Diário da Justiça	16/07/2025	18/12/2026	ODS 9	Coordenadoria Gestão Memória - COGMA	50,00%

	Eletrônico (DJe) e ao Sistema Eletrônico de Documentos (SEI) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC).					
Construção prédio das Secretarias (Anexo III)	Construção do Prédio das secretarias visando a adequada acomodação dos setores administrativos do TJ que hoje compartilham espaço com a área jurisdicional.	08/08/2025	31/12/2026	ODS 9	Secretaria de Infraestrutura - SEINF	16,67%

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

## 6 - CONCLUSÃO

O Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico 2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) evidencia um ciclo marcado por avanços consistentes na consolidação da gestão orientada a resultados, reafirmando o compromisso institucional com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. A análise integrada dos indicadores demonstra desempenho global positivo no cumprimento das metas do Plano Estratégico 2021–2026, em alinhamento às diretrizes de governança, transparência e eficiência estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No âmbito jurisdicional, o exercício de 2025 foi caracterizado por elevada capacidade operacional e melhoria significativa na gestão do acervo processual. O Tribunal apresentou desempenho superior à demanda ingressante, com destaque para o Índice de Atendimento à Demanda Geral (IAD Geral), que atingiu 105,06%, evidenciando capacidade efetiva de redução do estoque de processos. Esse resultado é corroborado pela Taxa de Congestionamento Líquida Global (49,42%), inferior à meta estabelecida (<50%), e pela redução do Tempo Médio de Pendentes Líquidos para 399,5 dias, consolidando avanços relevantes em celeridade e eficiência. Ademais, o IPC-Jus (86%) demonstra recuperação expressiva da produtividade comparada no cenário nacional.

Na perspectiva da sociedade e do aprendizado institucional, os resultados indicam evolução consistente na qualidade dos serviços prestados e na valorização do capital humano. A Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ) alcançou 70,90%, superando significativamente a meta e registrando o melhor desempenho da série histórica, refletindo maior satisfação do jurisdicionado e efetividade das estratégias de escuta ativa. No campo da gestão de pessoas, destaca-se o avanço nas políticas de qualidade de vida, com o Percentual da Força de Trabalho participante de ações de QVT (12,73%) superando a meta estabelecida, aliado à manutenção de níveis controlados de absenteísmo-saúde (1,07%), muito abaixo do limite máximo de 3%.

Não obstante os avanços observados, a análise evidencia pontos críticos que demandam atenção estratégica no próximo ciclo:

- **Conciliação:** O Índice de Conciliação (15,03%) permanece abaixo da meta (17,25%), indicando a necessidade de fortalecimento das políticas de autocomposição, com ampliação de práticas estruturadas de mediação e resolução consensual de conflitos.

- Execução Orçamentária e de Projetos: Os resultados do IEDD (54,00%) e do IEP (35,47%), assim como a execução do Plano de Obras (59%), revelam fragilidades nos processos de planejamento e execução orçamentária, demandando aprimoramento dos fluxos, maior previsibilidade e fortalecimento da governança financeira.
- Governança e Transparência: Embora em patamar elevado, o Índice de Transparência (93,43%) e o desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade (82,54%) ficaram abaixo das metas, evidenciando a necessidade de continuidade das ações de modernização, especialmente com a reestruturação do Portal da Transparência e o alinhamento às novas exigências normativas.
- Novos Indicadores: O acompanhamento dos indicadores de Acessibilidade Digital e do Tempo Médio do IRDR (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) será essencial a partir de 2026, com a conclusão dos trabalhos de estruturação e disponibilização de dados.

Portanto, o desempenho de 2025 evidencia que o Tribunal de Justiça do Acre está no caminho correto para a excelência na prestação jurisdicional. Os resultados de eficiência, celeridade e satisfação do usuário servem como base para o aperfeiçoamento contínuo da gestão. Os desafios identificados, sobretudo na execução orçamentária e na conciliação, orientarão as ações estratégicas para o exercício de 2026, reafirmando o compromisso do TJAC com a promoção de um Judiciário cada vez mais transparente, acessível e eficaz para a sociedade acreana.